

UNESP  UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

**“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”**

**Faculdade de Ciências e Letras  
Campus de Araraquara - SP**

Natalia Innocente Rodrigues

**Entre a distribuição de recursos e a articulação política:** um estudo  
acerca da dualidade funcional dos conselhos comunais no período de 2007  
a 2012.



ARARAQUARA – SP

2018

NATALIA INNOCENTE RODRIGUES

**Entre a distribuição de recursos e a articulação política:** um estudo  
acerca da dualidade funcional dos conselhos comunais no período de 2007  
a 2012.

Defesa de Dissertação de Mestrado,  
Programa de Pós-Graduação em Ciências  
Sociais da Faculdade de Ciências e  
Letras – Unesp/Araraquara, como  
requisito para obtenção do título de  
Mestre em Ciências Sociais. Exemplar  
apresentado para defesa.

**Linha de pesquisa: Estado, Sociedade  
e Políticas Públicas**

**Orientador: Prof. Dr. Marcelo Santos**

**Bolsa: Capes**

ARARAQUARA – SP

2018

Innocente, Natalia

Entre a distribuição de recursos e a articulação  
ppolítica: um estudo acerca da dualidade funcional  
dos conselhos comunais no período de 2007 a 2012 /  
Natalia Innocente – 2018

83 f.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) –  
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita  
Filho", Faculdade de Ciências e Letras (Campus  
Araraquara)

Orientador: Professor Doutor Marcelo Santos

1. Venezuela. 2. Chávez, Hugo. 3. Conselhos  
Comunais. 4. Bolivarianismo. 5. América Latina. I.  
Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo sistema automatizado  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

NATALIA INNOCENTE RODRIGUES

**Entre a distribuição de recursos e a articulação política:** um estudo  
acerca da dualidade funcional dos conselhos comunais no período de 2007  
a 2012.

Defesa de Dissertação de Mestrado,  
Programa de Pós-Graduação em Ciências  
Sociais da Faculdade de Ciências e Letras –  
Unesp/Araraquara, como requisito para  
obtenção do título de Mestre em Ciências  
Sociais. Exemplar apresentado defesa.

**Linha de pesquisa: Estado, Sociedade  
e Políticas Públicas**

**Orientador: Prof. Dr. Marcelo Santos**

**Bolsa: Capes**

Data da defesa: 26/04/2018

**MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:**

---

**Presidente e Orientador: Professor Doutor Marcelo Santos**

UNESP - FCLAr

---

**Membro Titular: Professora Doutora Karina P. Mariano**

UNESP - FCLAr

---

**Membro Titular: Professor Doutor Alexandre Fuccille**

UNESP – Campus Franca

**Local:** Universidade Estadual Paulista

Faculdade de Ciências e Letras

UNESP – Campus de Araraquara

Ao meu irmão, Vini.  
Onde você estiver.  
“Vai Corinthians!”

## Agradecimentos

Agradeço aos meus pais, que são a parte mais importante da minha vida, por todo esforço e dedicação em me proporcionar sempre as melhores oportunidades mesmo sob as mais adversas condições e por nunca me deixarem esquecer de onde eu vim e onde eu quero chegar.

Às minhas irmãs, Carol e Giovana (Também conhecida como Dobby, o elfo livre), por sempre terem um plano!

Ao Thiago por acreditar em mim, ainda que a um oceano atlântico distante, mesmo quando eu esqueci de acreditar e por ver em mim sempre as melhores coisas, as maiores capacidades, o maior potencial e o maior amor. Obrigada por ser meu companheiro de vida, cúmplice e melhor amigo.

Não posso deixar de agradecer à Lícia, à Giovanna Isis, à Tainá, à Camila, à Jéssica, ao Felipe, à Laís, e à toda equipe Jovens Talentos Co., meus grandes amigos da vida, pelos vinhos, pelas cervejas, pelos abraços e pelas infinitas conversas que me proporcionam sempre os maiores e melhores risos e o mais profundo conforto no coração.

Quero agradecer, especialmente à Giovana Toffolo, por ser a melhor Life Coach/ Amiga que poderia existir, me ajudando a encontrar em mim os grandes propósitos, a vencer as barreiras que eu me impus e a nunca esquecer que “eu estou muito preparada”.

Às crianças mais incríveis do mundo: Nicolas, Tiago, Júlio, João e Lucas por não me deixarem esquecer a doçura e a delícia da infância e por manterem essa luzinha acesa em mim apesar de tudo.

Ao meu orientador de tanto tempo, que tanto me ensinou e a quem tenho grande admiração. Obrigada sempre, por tudo.

Aos professores, Karina e Milton, agradeço pelos ensinamentos desde a graduação, pelas conversas (em caronas ou em almoços) e pelos valiosos puxões de orelha. E ao professor Alexandre por aceitar gentilmente contribuir com seu conhecimento nesse momento tão importante da minha vida acadêmica

A vocês, meus imensos e profundos amor e gratidão.

## **RESUMO**

Este trabalho busca mostrar a dualidade político funcional dos conselhos comunais durante o Governo Chávez em uma trajetória temporal de 2007 a 2012. Em um contexto de crise da popularidade chavista, qual será o limite entre a função de distribuição de recursos às regiões comunais e a função semiconsciente de articulação política emapeamento eleitoral dos conselhos comunais? Através de análise quantitativa e qualitativa, a pesquisa tem intenção mostrar como um aparelho criado para distribuição de recursos é utilizado pelo governo como instrumento de mapeamento de preferências políticas a fim de controlar a atuação de grupos opositores por meio de ações de veto ou autorização da execução de demandas da área atendida pelo conselho em questão.

**Palavras Chave: Venezuela, Hugo Chávez, Bolivarianismo, Conselhos Comunais.**

## **RESUMEN**

Este trabajo busca mostrar la dualidad político-funcional de los consejos comunales durante el gobierno de Chávez en una trayectoria temporal de 2007 a 2012. En un contexto de crisis de popularidad chavista, ¿cuál será el límite entre la función de distribución de recursos a las localidades comunales y la función semiconsciente de articulación política y mapeo electoral? A través de análisis cuantitativo y cualitativo, la investigación tiene intención de mostrar cómo un aparato creado para distribución de recursos es utilizado por el gobierno como instrumento de mapeamiento de preferencias políticas con el fin de controlar a actuación de grupos opositores por medio de acciones de veto o de ejecución de las demandas del área atendida por el consejo en cuestión.

**Palabras clave:** Venezuela, Hugo Chávez, Bolivarianismo, Consejos Comunales.

## **ABSTRACT**

This paper seeks to show the political-functional duality of communal councils during the Chávez government in a timeline from 2007 to 2012. In a context of crisis of Chávez popularity, what would be the limit between the function of resource distribution to communal localities and the semiconscious function of political articulation and electoral mapping? Through a quantitative and qualitative analysis, the research intends to show how a device created for the distribution of resources is used by the government as an instrument for mapping political preferences to control the actions of opposition groups through actions of veto or demands execution of the area served by de Council in question.

**Keywords: Venezuela, Hugo Chávez, Bolivarianism, Communal Councils.**

## **LISTA DE SIGLAS**

ALAS – Associação Latino Americana de Sociologia  
AD – Acción Democrática  
CTV – Confederación de Trabajadores de Venezuela  
URD – Unión Republicana Democrática  
COPEI – Comitê de Organización Política Electoral Independiente  
CC – Conselhos Comunaís/ Consejos Comunales  
PCV – Partido Comunista de Venezuela  
CAP – Carlos Andrés Pérez  
COPRE – Comisión Para la Reforma del Estado  
AC – Assembleia Constituinte  
FEDECÁMARAS – Federación de Cámaras y Asociaciones de Comercio y Producción de Venezuela  
PSUV – Partido Socialista Unido de Venezuela  
MVR – Movimiento V República  
MEP – Movimiento Electoral del Pueblo  
UPV – Unión Popular Venezolana  
MIGATO – Movimiento Independiente “Ganamos Todos”  
MRT – Movimiento Independiente Tupamaro  
LS – Liga Socialista  
MDD – Movimiento por la Democracia Directa  
PU – Partido Unión  
MCM – Movimiento Cívico Militante  
FACOBÁ – Fuerzas de Acciones Coordinadas de Bases por la Alianza  
IpCN – Independientes por la Comunidad Nacional  
PDVSA – Petróleos de Venezuela S.A.  
MERCAL – Mercado de Alimentos  
LM – (Margarita) López Maya  
LOC – Lei Orgânica de Comunas  
LOPP – Lei Orgânica del Poder Popular  
LOCC – Lei Orgânica de los Consejos Comunales  
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
INE – Instituto Nacional de Estatística  
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

## **Sumário**

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
1.1 Pacto de Punto Fijo e a Democracia Puntofijista. ....	15
<b>CAPÍTULO 2 – O GOVERNO CHÁVEZ</b> .....	23
2.1 Das missões aos Conselhos Comunais .....	28
2.2 O bolivarianismo entre as paixões e a racionalidade .....	37
<b>CAPITULO 3 – OS CONSELHOS E A DUALIDADE FUNCIONAL</b> .....	40
3.1 análises de dados estatísticos.....	56
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	69
<b>ANEXO 1</b> .....	73
<b>ANEXO 2</b> .....	74
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	76

## **Introdução**

O presente trabalho busca analisar a dualidade funcional dos conselhos comunais como agentes distribuidores de recursos e vetores de controle de preferências. Essa pesquisa se tornou dedutiva devido à impossibilidade de realização do trabalho de campo previamente proposto em projeto. Essa impossibilidade se deu graças à situação política atual da Venezuela, que se encontra em crise.

Essa crise vem se desenhando desde os anos finais do governo Chávez, a qual se agravou com sua morte. Nicolás Maduro, que assumiu a sucessão da presidência, não teve a mesma competência carismática que seu antecessor para poder articular formas de conter a crise e o descontentamento da população. Aliás, talvez a falência do governo Maduro tenha firmado mais a imagem popular de Chávez, consolidado no país como um “grande líder e herói” do povo Venezuelano, ainda que a crise institucional da Venezuela tenha raízes profundas em seu governo.

Voltando aos conselhos, é importante ressaltar que essa instituição foi criada com função distributiva e de execução de políticas públicas, no entanto oferece de maneira subliminar o potencial de controle e mapeamento de preferências. Assim, parto da hipótese de que os conselhos foram criados com uma intenção a mais do que aquela indicada em sua legislação orgânica: além da distribuição de recursos, os conselhos funcionam como vetores de articulação e mapeamento político – quem é favorável ou contrário ao regime de governo bolivariano.

No caso da parte do eleitorado favorável ao governo bolivariano, parto da hipótese de que o governo disponibiliza mais recursos e aprova mais projetos para esse grupo com o intuito de garantir votos e ampliar a aprovação do próprio governo. No caso da parte do eleitorado contrário ao governo bolivariano, parto da hipótese de que para esse grupo o governo veta os projetos e os recursos como forma de punição e, ainda, usa essas ações para distorcer a imagem dos conselhos comunais que incorporam esses grupos e para fazer marketing negativo da oposição.

Nesse contexto chamo de ‘grupos contrários ao bolivarianismo’ e não de ‘grupos de oposição’, pois não há uma comprovação de que os grupos que se colocam contrários ao governo bolivariano em questão, se coloquem em favor da oposição política ao bolivarianismo. Ademais, para construir o problema de pesquisa, não desconsidero a corrupção que há entre o governo, os conselhos e os indivíduos, mas não uso como questão principal de análise.

Ao longo da análise uso de falas dos próprios membros dos conselhos para mostrar que há, sim, corrupção nessa nova geometria de poder: desde a construção dos conselhos até o repasse de verbas e aprovação de projetos, no entanto, independentemente de haver mais ou menos corrupção, os conselhos possuem uma dualidade funcional, já que ao setorizar as regiões em comunas, conselhos e comitês é possível se ter um controle maior de tudo que acontece no funcionamento desse aparelho de distribuição de recursos.

Os conselhos fazem parte dos cinco motores constituintes que Chávez leva a referendo em 2007, juntamente com a reforma constitucional que foi negada nesse mesmo referendo. Eles se encaixam na nova geometria de poder, onde conselhos comunais seriam criados e a união deles por semelhança comunitária daria origem às comunas, micro governos geridos pelos próprios integrantes da comunidade.

Para haver melhor compreensão deste objeto farei a trajetória histórica da construção do Bolivarianismo (origem das prerrogativas, cenário político antecedente, reformas e rupturas com este cenário, etc.) e uma análise breve do líder desse governo, sua atuação e seu papel no país, pois é um ator fundamental no jogo político comunal.

Em seguida detalharei a estrutura e o funcionamento dos conselhos comunais, sua origem nas missões bolivarianas, a construção do seu estatuto e sua institucionalização. E então, analisarei alguns dados que corroboram para o entendimento da atuação desses órgãos nas comunidades a que pertencem e, também, dados que explicam o mau funcionamento de alguns desses órgãos.

Para tanto conto, principalmente, com o apoio teórico do trabalho da pesquisadora Venezuelana Margarita López Maya, que estudou os conselhos comunais com afinco, tendo contato com integrantes e trabalhadores destes, além de ter conhecimento prático e participativo da organização política da Venezuela.

Busco ainda recursos teóricos em Michael Walzer para trabalhar o entendimento do conceito de comunidade, da relação mutualística que envolve os conselhos e a comunidade e da distribuição ideal de recursos. Encontro em Max Weber, na obra “Economia e Sociedade”, e em Gustav Le Bon, no livro “Psicologia das Multidões” recursos para melhor compreender a ação carismática de Hugo Chávez em seu governo e sua importância perante o povo.

No primeiro capítulo há uma retomada da história política venezuelana, antes do governo Chávez, onde refaço a trajetória política do país a contar do início do século XX, passando, principalmente, pela criação da PDVSA, ditadura Perez Jimenez e pela

redemocratização com o Pacto de Punto Fijo que traz a alternância de partidos como forma de garantir que o poder não se concentre sempre nas mesmas mãos, porém, assim como na República do Café com Leite no Brasil, essa forma de governo garantiu a formação de uma oligarquia de poder e a ação clientelista da mesma em relação a sociedade, favorecendo sempre uma camada em detrimento de outra.

Já no segundo capítulo abordo os eventos que antecedem a entrada de Hugo Chávez na política, passando pela construção do Bolivarianismo e pelos principais eventos dentro do governo como o Golpe de 2002, a estatização da PDVSA, o referendo de 2007, etc. e enfatizando o Programa de Missões, seu funcionamento e objetivos e como este evoluiu para os Conselhos Comunais.

Enquanto no terceiro capítulo me atenho em analisar o funcionamento dos conselhos comunais, seus objetivos e como eles se tornaram um instrumento de mapeamento de preferências políticas. Faço uso das entrevistas feitas por Margarita López Maya com trabalhadores dos conselhos comunais e de dados estatísticos para ilustrar as ações dos conselhos e os efeitos delas na sociedade.

Por fim, construo a análise unindo a essa gama de recursos, algumas experiências que tive no congresso da ALAS (Associação Latino Americana de Sociologia) ocorrido em dezembro de 2017 em Montevideu, no Uruguai. Essa pesquisa decorre de alguns anos de estudo e observação do Governo Chávez sob a égide da Sociologia Política e tem o objetivo de melhor compreender um ator tão peculiar no Governo Bolivariano que é o conselho comunal.

## **Capítulo 1 – Trajetória política venezuelana anterior ao chavismo**

A trajetória política venezuelana rumo à consolidação de um regime democrático estável foi marcada por extremas dificuldades, diante de um quadro notadamente marcado por ditaduras, conflitos armados e fragmentação política regional. De tal modo que, até 1958, quando nasceu o seu principal arranjo institucional democrático, a Venezuela havia vivenciado apenas três governos civis democráticos.

Dessa forma, como início do capítulo, busca-se apresentar essa trajetória a partir da ditadura Gómez, que teve sua importância para o governo bolivariano por ser o marco inicial da indústria petroleira na Venezuela, elemento de suma importância para a economia do país. A petroexploração foi a progenitora dos recursos venezuelanos, que seriam revertidos em ações sociais e políticas.

Assim, retoma-se o fato de que em 19 de dezembro de 1908, aproveitando-se da ida à Paris do então atual Chefe de Estado, Cipriano Castro, Gómez toma o poder e proíbe sua volta ao país. Fica então consumado o golpe que manteria Gómez no poder por 27 anos tendo fim apenas em 1935 com sua morte. Durante esse período, a oposição a Gómez foi fortemente reprimida. Um movimento estudantil surgido em fevereiro de 1928 na Universidade Central, e encabeçado por Jóvito Villalba e Rômulo Betancourt, promoveu greves, discursos e manifestações. No entanto, foi fortemente reprimido pelos militares. Este movimento recebeu o nome de Geração de 28.

No mesmo período, a indústria petroleira influenciou o fluxo migratório das zonas rurais a partir da geração de empregos, ao contar com a injeção de capital estrangeiro, que permitiu o grande desenvolvimento industrial na área petrolífera e que reflete até os dias de hoje. Esse movimento também proporcionou o pagamento da dívida externa, ainda que essa tenha sido uma decisão um tanto quanto dispendiosa para os cofres públicos.

A morte de Gómez em 17 de dezembro de 1935 culmina para o fim o período caudilhista e promove o início do processo de democratização do país. O general Eleazar Lopes Contreras, Ministro da Guerra e Marinha, assume a transição do governo até 19 de abril de 1936. Nas eleições presidenciais, Contreras é eleito para o período de 1936-1943, no entanto, modifica a Constituição, encurtando o período de sete para cinco anos de mandato. Desse modo, permanece na presidência até 1941 até que, posteriormente, assume o general Isaías Medina Angarita que promove uma abertura democrática no país. Essa iniciativa democrática refere-se à modificação da

Constituição a fim de que fosse permitida a criação de partidos chamados “revolucionários” e o estabelecimento do sufrágio universal e direto para a eleição de deputados (NEVES, 2010, p. 43-44).

Durante o período Angarita, a repressão foi interrompida, porém em 1945, ante a negativa do governo vigente em estabelecer as eleições populares para a presidência, foi derrotado por uma junta de governo liderada por Rómulo Betancourt composta por vários oficiais militares (NEVES, 2010, p. 44). A chamada *Junta Revolucionaria de Gobierno* permaneceu em atividade por três anos até modificar a Constituição e convocar eleições gerais diretas. Essa nova eleição resultou na vitória de Rómulo Gallegos que ficou por pouco tempo no poder, visto que em 1948 uma nova junta presidida por Carlos Delgado Chalbaud acusou o governo de Gallegos de ter sido incapaz de resolver a crise do país e que o *Acción Democrática* era um partido adepto do sectarismo<sup>1</sup>.

Essa junta dissolveu o *Acción Democrática* e a *Confederación de Trabajadores de Venezuela (CTV)* e tal medida fez com que os líderes “adecos” começassem a trabalhar na clandestinidade. Porém, em 1950 Chalbaud é sequestrado e assassinado e, o Estado passa a ser dirigido por Germán Suárez Flamerich. Em 1952, ocorrem novas eleições que ascendem Jóvito Villalba à presidência, mas devido à fraude eleitoral, Marcos Pérez Jimenez assume o posto como presidente provisório até ser ratificado na Assembleia Nacional em 1953 (NEVES, 2010, p. 45).

A partir de então, o candidato eleito deu início a mais cruel ditadura venezuelana, onde partidos opositores foram dissolvidos, mídias diversas foram fechadas ou censuradas, além de torturas e perseguições. A ditadura terminou em 1958 com a derrocada de Jimenez pela assinatura do Pacto de Punto Fijo.

### **1.1 Pacto de Punto Fijo e a Democracia Puntofijista.**

Em 23 de janeiro de 1958 o Contra-Almirante Wolfgang Larrazabal toma o poder, antes pertencente a Pérez Jiménez, por meio de um golpe de Estado arquitetado pela Junta Cívico Militar de Governo. Larrazabal assegurou que eleições livres aconteceriam até o final do ano. No entanto, havia um medo consensual de que os militares retomassem o poder o que fez com que em 31 de outubro de 1958 três grandes partidos

---

<sup>1</sup>Sectarismo: zelo ou apego exacerbado a um ponto de vista, corrente teórica, filosofia ou dogma, caracterizado por intolerância a contestações e fanatismo.

venezuelanos assinassem um acordo para garantir a estabilidade política do país: *Acción Democrática* (AD), *Unión Republicana Democrática* (URD) e o *Comité de Organización Política Electoral Independiente* (Copei).

Em resumo, para que Larrazabal pudesse concorrer às eleições presidenciais era necessário que renunciasse ao cargo de presidente, dessa forma assume como interino Edgar Sanabria também membro da Junta Militar. As eleições de dezembro resultam na vitória de Rómulo Betancourt, candidato da *Acción Democrática* (AD), como presidente da Venezuela (1959-1964). A Venezuela passa a ser um país democrático com o início da chamada Democracia Puntofijista.

Em essência, embora não se tratasse juridicamente de um sistema político bipartidário, a Quarta República, como ficou conhecido o novo regime democrático liberal, foi montada em torno de duas grandes máquinas partidárias: a AD (Ação Democrática), de base socialdemocrata, com uma militância social heterogênea, nascida nos anos 1940 comprometida com a reforma agrária, os direitos trabalhistas e as organizações de origem popular da cidade e do campo. E o COPEI (Partido Democrata Cristão), formado por grupos conservadores provenientes das elites tradicionais venezuelanas e da Igreja Católica (ROBERTS, 2003).

Note-se que a Constituição de 1961 conferiu personalidade pública jurídica aos partidos, incentivando suas atividades e reconhecendo-os como principais mecanismos democráticos de participação na vida política nacional. Ao mesmo tempo, a Carta Magna restringiu os canais de participação política para as demais organizações da sociedade civil, ainda que tenha garantido a liberdade de expressão sem censura prévia, o direito político de manifestação pacífica e sem armas e a possibilidade de um número acima de 20.000 eleitores introduzir um projeto de lei no Congresso (ÁLVAREZ; GARCIA-GUADILLA, 2003). Essas características da Constituição de 1961 acabaram reforçando o alto grau de enraizamento dos partidos na sociedade, pois, durante o período Puntofijista, os demais atores da sociedade civil organizada tiveram que canalizar suas demandas via partidos.

O estabelecimento do Pacto de Punto Fijo foi um esforço de vários segmentos da sociedade venezuelana, liderados pelas elites econômicas, no sentido de criar e manter uma estabilidade política, fortemente ameaçada pelos grupos radicais de esquerda e pelos militares de direita. Nesse sentido, o que se estabeleceu após 1958 foi um grande compromisso político entre os diversos setores da sociedade – compreendendo empresários, universidades, igreja católica, movimento trabalhista, camponeses e Forças

Armadas – em torno da democracia representativa (ELLNER, 2003). Mediante essa grande coalizão, evitava-se a saída das armas representada pela esquerda radical e pelos militares, além de moderar o programa nacional-popular representado pela AD, que vinha assustando determinados setores das elites econômicas do país. Nesse objetivo, o pacto e o sistema político obtiveram êxito, pois sobreviveram às tentativas de golpes militares contra a presidência de Betancourt (1959-1964) e a uma larga insurgência de uma década inspirada na revolução cubana de 1959. Tanto que, depois de 1973, os antigos guerrilheiros começaram a aparecer como membros do Congresso e inclusive como ministros, alguns deles militando na AD (HELLINGER, 2003).

A força organizacional dos partidos venezuelanos foi decisiva na articulação e consolidação desse arranjo democrático, destacando-se as atuações de AD e COPEI. Para Octavio Amorim Neto (2006), os partidos venezuelanos demonstraram nesse processo: disposição para superar suas diferenças ideológicas e formar pactos de governabilidade; capacidade de eliminar a atuação de grupos radicais e antidemocráticos durante o auge da Guerra Fria; habilidade em aplacar os militares e submetê-los ao controle civil; comprometimento com o acordo de respeitar o resultado das eleições; e eficácia na organização, mobilização e representação de diversos grupos sociais.

Em larga medida, a tônica do processo político durante o sistema de Punto Fijo (1958-1998) foi a moderação, com as lideranças políticas institucionais evitando os discursos ultranacionalistas, esquerdistas e sectários. O sistema político estruturado em torno da AD e do COPEI tendeu gradativamente a uma redução das diferenças programáticas entre esses partidos. Aos poucos, o caráter classista e o embate ideológico e programático polarizado que marcaram as atuações desses partidos nos anos 1940 foram desaparecendo, com a AD moderando suas posições e negociando acordos sociais, econômicos e políticos, de alcance limitado, com o COPEI, ao mesmo tempo em que se excluía dessas negociações o PCV (Partido Comunista da Venezuela) – uma força considerável da política venezuelana na época (HELLINGER; ELLNER, 2003).<sup>2</sup>

Papel fundamental nesse processo descrito acima foi cumprido pela base petroleira da economia venezuelana, que se constituiu num alicerce fundamental para a manutenção do sistema democrático representativo do país. Desde 1958 até o final do

---

<sup>2</sup> A exclusão dos comunistas dessas alianças e negociações levou à adesão de grande parte de seus filiados ao movimento guerrilheiro Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN).

primeiro governo Pérez (1974-1979), a bonança do petróleo possibilitou um crescimento contínuo da economia venezuelana, gerando um ambiente favorável para a ampliação e consolidação dos acordos entre os diversos grupos sociais envolvidos no Pacto de Punto Fijo. As enormes rendas do petróleo, que vinham crescendo de modo significativo desde a década de 1940 e atingiram seu auge na década de 1970, possibilitaram ao Estado venezuelano investir em grandes obras públicas no setor de infraestrutura, criar inúmeros serviços públicos para toda a população, garantir as enormes obrigações de seguridade social previstas na Constituição de 1961, estabelecer a indústria de base (siderurgia, carvão, eletricidade, petroquímica e outras), substituir importações, oferecer crédito barato, cobrar poucos e baixos impostos, ampliar as oportunidades de emprego e estender os programas de subsídios (comida, transporte, saúde, educação e artigos básicos) (BUXTON, 2003; KELLER, 2004).

Tal quadro, em que pese à distribuição desigual dos recursos, gerou benefícios e oportunidades para uma ampla parcela da sociedade e teve implicação direta na redução do índice de pobreza no país, que atingiu 10% da população em 1978, sendo que apenas 2% viviam em condições de extrema pobreza. Além disso, durante esse período foram reduzidos, de forma significativa, os índices de analfabetismo e de mortalidade infantil e erradicadas as doenças endêmicas.

Uma grande onda consumista tomou o país, como exemplo, o grande número de turista venezuelanos em Miami e o lema cotidiano “Está barato, me dá dois”. O país passou a ser o destino de imigrantes latino-americanos a procura de melhores condições de vida. Era a época da “Grande Venezuela” ou da “Venezuela Saudita”, como muitos se referiam ao país, na qual se exacerbou o discurso pré-existente no país de que a riqueza do petróleo por si só seria capaz de garantir a prosperidade infinita do país, desde que essa riqueza fosse bem distribuída pelo Estado (KELLER, 2004).

Nesse ambiente de euforia generalizada, sonhos de prosperidade e modernismos ilimitados, os dois principais partidos governistas puderam ampliar suas bases populares e cooptar os demais partidos e organizações da sociedade civil, como ocorreu com a Confederação dos Trabalhadores da Venezuela (CTV) (McCoy, 1989). A CTV, fundada em 1936 como porta voz dos trabalhadores sindicalizados e dos setores populares, vinculou-se a AD, sendo reconhecida pelo Estado como a única representante dos interesses da classe trabalhadora.

Dessa forma, com respaldo popular, crescimento econômico e melhora significativa dos indicadores sociais, os governos Puntofijistas mantiveram adormecidas as

polarizações sociais, minimizaram a luta de classes e abafaram as insurreições esquerdistas, apesar de todo o esforço da esquerda revolucionária (HELLINGER, 2003). A AD e o Copei apareciam como instituições multiclassistas, amortecendo os conflitos de classe e impedindo a ascensão de partidos políticos comprometidos com uma determinada classe social.

Para Kevin Neuhouser (1992), as crescentes rendas do petróleo contribuíram, de forma decisiva, para transformar o pacto elitista da Venezuela em um compromisso de classe mais profundo. Eleições periódicas, pactos de governabilidade, instituições representativas, penetração dos dois maiores partidos na sociedade civil, altos índices de participações nas eleições, alternância de partidos no poder, serviços públicos de qualidade, garantias constitucionais das liberdades individuais e respeito aos Direitos civis, esse foi o contexto que até 1989 era considerado por muitos como o grande exemplo de democracia latino-americana.

Porém, na prática, isso tudo não livrou o sistema político de aspectos elitistas, centralizadores, cooptadores, clientelistas e corruptos. Sobretudo ao longo do período da pujança dos petrodólares (1973-1983), o sistema político assumiu um aspecto fortemente clientelista, com a AD e COPEI distribuindo as rendas do petróleo entre os diversos estratos sociais, muitas vezes de forma corrupta, assistencialista e irresponsável, fato que, além de garantir o domínio eleitoral e a penetração na sociedade civil para esses partidos, também foi descaracterizando ideologicamente os partidos, distorcendo a institucionalidade e corrompendo a sociedade e os modos de conceber a relação entre os indivíduos e o Estado (COPPEDGE, 1994; CRISP, 2000).

Segundo Alfredo Keller (2004), as crenças na riqueza infinita e no papel distributivo do Estado criaram no país uma cultura pouco propícia ao trabalho e amplamente favorável às relações clientelistas entre o Estado e a sociedade. Enquanto a renda do petróleo esteve em alta foi possível manter a democracia Puntofijista, sob a promessa irreal do desenvolvimento econômico eterno, ignorando a condição de país periférico.

A década de 80 marcou o início das sucessivas crises econômicas, políticas e sociais, que selaram definitivamente o fim do consenso político pactuado desde 1958, abrindo um quadro de extrema polarização social e política no país. A conjunção entre crise da dívida, queda do preço do petróleo, incapacidade de o sistema político incorporar novos atores e suas demandas e adoção das primeiras medidas econômicas ortodoxas abalaram negativamente os índices de crescimento econômico, os indicadores

sociais e a credibilidade das instituições políticas, comprometendo a manutenção do projeto que associava democracia Puntofijista, nacionalismo petroleiro e desenvolvimento.

O episódio da “terça negra” em 18 de fevereiro de 1983, no qual o presidente Luís Herrera Campíns (1979-1984-COPEI), diante de um quadro de desequilíbrio macroeconômico, promoveu uma maxidesvalorização do bolívar depois de anunciar uma série de medidas econômicas ortodoxas, colocou em evidência o início de uma crise não somente material como também ideológica, a qual o país não conseguiu mais superar.

A explosão da crise da dívida e a diminuição do ingresso de recursos do petróleo expuseram a grande crise fiscal do Estado venezuelano, que, no decorrer da década de 1980, ficaria cada vez mais impossibilitado de seguir financiando os inúmeros serviços públicos, num ambiente de enorme crescimento da demanda da população por seus serviços. O que se verificou ao longo dessa década foi uma diminuição da capacidade distributiva do sistema, notadamente marcada na progressiva deterioração dos serviços públicos, com reflexos imediatos nos níveis de pobreza e distribuição de renda do país e nos graus de confiança da população no sistema político.

Uma breve análise dos indicadores sociais revela os impactos negativos da crise econômica sobre a maior parte da população venezuelana. A taxa de desemprego aberto saltou de 6% em 1980 para 11% em 1990. No mesmo período, a informalização subiu de 35,4% para 41,8%, e o salário médio real em 1990 correspondia somente a 49,8% do salário em 1978 (CANO, 2000). A classe média decresceu de 60,1% em 1982 para 34,4% em 1990. Em 1989, enquanto os 20% mais pobres possuíam 4,5% da renda, os 20% mais ricos desfrutavam de 49,5%. Entre 1981 e 1990, o número de famílias vivendo abaixo da linha da pobreza passou de 22% para 34%, enquanto o número de famílias vivendo abaixo da linha da indigência passou de 7% para 12% (CANO, 2000).

Dessa forma, o país chegava às eleições de 1988 mergulhado num quadro de crescente deterioração das condições de vida da maior parte da população e de perda de legitimidade dos partidos tradicionais, cada vez mais acusados de corruptos, centralizadores e ladrões pela população. Nesse ambiente, num pleito marcado pela enorme abstenção, voltava à presidência do país Carlos Andrés Pérez (1989-1993), com a promessa de trazer de volta a era da “Grande Venezuela” expressada no lema “Com CAP se vive melhor”. Ainda estava na memória popular o primeiro governo Pérez,

durante a bonança petroleira, que alimentava as esperanças da população de regressar a era de riqueza, consumo e distribuição dos recursos.

No plano político, num contexto de frágil legitimidade e credibilidade do sistema político, Pérez retomou a agenda de reformas institucionais da COPRE (Comissão para a Reforma do Estado), criada no governo de Jaime Lusinchi (1984-1987-AD), visando à eficácia administrativa e à recuperação da governabilidade mediante um processo de descentralização, que resultou posteriormente em eleições diretas para governadores e prefeitos, introdução de um sistema eleitoral misto e transferências de algumas competências do governo central para as regiões.

No plano econômico, adotou um programa de estabilização ortodoxo: desvalorização cambial; restrição monetária; alta dos juros; aumento das tarifas públicas; fim dos subsídios estatais, com o aumento da gasolina e dos transportes públicos no país que é grande produtor de petróleo; liberalização de preços e suspensão temporária do pagamento dos juros da dívida (SANTOS,2007).

Em conjunto, essas medidas recessivas, embora tenham produzido alguns efeitos macroeconômicos positivos, afetaram negativamente a renda dos setores pobres e médios, que viram aumentar o quadro de inflação, pobreza e desemprego em um contexto de grande desabastecimento de produtos alimentícios. Em pouco tempo, as expectativas populares em torno do governo Pérez acabaram, e, como as relações e conexões entre partidos, sociedade e Estado estavam profundamente desgastadas, o descontentamento popular se traduziu numa grande revolta, em fevereiro de 1989, denominada de Caracazo (SANTOS,2007).

O ano de 1992 foi palco de algumas tentativas de golpes de Estado. Uma delas ocorreu em quatro de fevereiro e entre os líderes figurava o tenente-coronel Hugo Chávez, que ficou encarregado de tomar a capital do país, Caracas. Sem sucesso, Chávez assume a responsabilidade total da ação e afirma que “por hora, parariam seu objetivo de mudar o rumo do país”, o que resulta na sua prisão. Ainda que ele tenha fracassado, essa tentativa faz com que Chávez se destaque no cenário nacional, desse modo, cumpre dois anos de prisão e recebe anistia pelo então presidente, Rafael Caldera (1994-1999). Em seguida, deixa seu posto de tenente-coronel para dedicar-se à política, e tem a carreira favorecida pelo agravamento da crise social e pela descrença do povo no governo tradicional (NEVES, 2010, p. 49).

No fim de 1998 acontece um fenômeno eleitoral inédito na Venezuela: os partidos AD e COPEI – que “revezavam” o poder executivo – não receberam nem 5% dos votos,

enquanto o novo e popular candidato do *Movimiento V República* (MVR), Hugo Chávez ganha as eleições com ampla diferença sobre o ex-Governador de Carabobo, Enrique Salas Römer, fundador do movimento político “Proyecto Venezuela”.

## Capítulo 2 – O Governo Chávez

Hugo Chávez, ao ser eleito com um projeto político nacionalista, realizou uma série de reformas institucionais, incluindo a mudança das diretrizes governamentais do país. O governo foi fundamentado, em todas as instâncias, a partir dos Discursos do importante líder venezuelano Simón Bolívar. O “Manifesto de Cartagena” e o “Discurso de Angostura” foram importantes influências na construção na concepção de bolivarianismo buscada por Chávez e fomentada em seu mandato.

No “Manifesto de Cartagena”, escrito em 15 de dezembro 1812, Bolívar descreve as causas da queda da Primeira República, entre elas está o uso do sistema Federal, o qual Bolívar considera débil à época. No entanto, Chávez, a Assembleia Constituinte e o Povo consideram a melhor prática de governo, pois mesmo com a autonomia dos estados, o poder decisório ainda está nas mãos do Povo e do Executivo.

Já em 1819, durante o Congresso de Angostura, Bolívar faz o pronunciamento considerado o mais importante para a América Latina: o “Discurso de Angostura”. Nesse pronunciamento, Bolívar deixa claro que após conquistarem a independência, a Colômbia e a Bolívia possuiriam a responsabilidade de atender as necessidades e possibilidades de suas sociedades sem copiar modelos estrangeiros.

O documento defende o uso do federalismo como forma de governo para a América Latina, com exceção da Venezuela. Para seu país, Bolívar sugere um tipo de centralismo dividido em três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário, tendo o primeiro como principal. Sugere também que se agregue um “poder moral” a essas três instâncias, o qual se encarregue de manter a tradição edificante dos “pais da pátria” ou líderes carismáticos conhecidos pelos feitos heroicos.

A exaltação aos líderes e a grande preocupação com a educação são pontos do Discurso de Angostura que estão fortemente presentes no governo de Hugo Chávez, especificamente na nova constituição. Antes de assumir o poder, Chávez propõe a reforma constitucional para derrubar a Constituição da época que datava de 1961, com a justificativa de que a corrupção no país era grande a ponto de ser necessário mudar as regras do jogo. Em outras palavras, era fundamental romper com a velha ordem, clientelista e excludente, e construir uma nova ordem participativa, ampla e abrangente no atendimento de demandas:

Artigo 62. ° Todos os cidadãos têm o direito de participar livremente nos assuntos públicos, diretamente ou através de seus representantes

eleitos. A participação do povo na formação, implementação e controle da gestão pública é o meio necessário para alcançar a proeminência que garantirá o seu pleno desenvolvimento, individual e coletivo. É obrigação do Estado e a responsabilidade da sociedade facilitar a geração de condições mais favoráveis para a sua prática. (VENEZUELA, 2000).<sup>3</sup>

O referendo em que se propôs a reforma foi aprovado por ampla maioria, em seguida, foram realizadas as eleições para representantes na Assembleia Constituinte, em que o governo conquistou 128 das 132 cadeiras. Por fim, em dezembro de 1999, foi ratificada em novo referendo a Nova Constituição (NEVES, 2010, p. 63). Algumas das grandes mudanças propostas pelo Presidente na Nova Constituição envolviam: o fim dos partidos políticos tradicionais, da Corte Suprema de Justiça, do Congresso, do Conselho Eleitoral Nacional e a nomeação de um novo “Congresso” denominado “*Congresillo*”, de um novo Conselho Eleitoral Nacional, de uma nova Corte Suprema; além disso, ampliava os poderes do Executivo, aumentava o poder de intervenção do Estado na economia, eliminava o Senado, reconhecia os direitos culturais e linguísticos de comunidades indígenas e criava uma série de novas leis – dentre elas, a “*Ley Habilitante*”, que permitia ao chefe do executivo fazer 49 decretos por ano sem passar pela aprovação em Assembleia. Por fim, alterava o nome do país para República Bolivariana da Venezuela.

Em 9 de abril de 2002, deu início uma tentativa de golpe contra Chávez. A *Confederación de Trabajadores de Venezuela* (CTV) convocou uma greve geral e, alguns dias depois, um grupo de manifestantes marchou até o palácio presidencial para reivindicar a demissão do Presidente. No dia seguinte, o general Lucas Rincón anunciou que Chávez havia se demitido, assumindo então Pedro Carmona, presidente da *Federación de Cámaras y Asociaciones de Comercio y Producción de Venezuela* (Fedecámaras), principal organização empresarial do país. À meia-noite do dia 12 de abril, Chávez enviou uma mensagem à população negando a renúncia do poder legítimo que lhe fora concedido pelos venezuelanos (NEVES, 2010, p. 67).

De qualquer maneira, Carmona dissolve a Assembleia e o Judiciário, atribuindo a si próprio esses poderes e declara publicamente que em um ano seriam chamadas

---

<sup>3</sup>Tradução nossa: “Artículo 62. Todos los ciudadanos y ciudadanas tienen el derecho de participar libremente en los asuntos públicos, directamente o por medio de sus representantes elegidos o elegidas. La participación del pueblo en la formación, ejecución y control de la gestión pública es el medio necesario para lograr el protagonismo que garantice su completo desarrollo, tanto individual como colectivo. Es obligación del Estado y deber de la sociedad facilitar la generación de las condiciones más favorables para su práctica”. (VENEZUELA, 2000).

novas eleições – fato que gerou um grande levante popular a favor de Chávez. Soldados leais ao líder PSUVista<sup>4</sup> organizaram um contragolpe de Estado, retomaram o Palácio de Miraflores e fizeram com que Diosdado Cabello, então vice de Chávez, assumisse a presidência temporária. Enquanto isso, Chávez era solto da prisão, o golpe era neutralizado e o Poder retomado.

Membros do Governo Bolivariano afirmam que os EUA apoiaram o golpe com intenção de explorar o petróleo produzido pelo país, pois os radares venezuelanos detectaram navios e aviões militares americanos no território. Além disso, nos meses antecedentes membros do governo Bush teriam mantido contato constante com os golpistas.

Essa manifestação contra o governo, na forma de um golpe, demonstra o descontentamento (de uma parcela) da população com o governo vigente. Ainda que Chávez fosse um líder dentre as massas, muitas de suas decisões eram contestadas, visto que gradativamente despontava uma crise econômica no país. Esse foi, então, o primeiro indício de fraqueza do Governo Bolivariano.

Tais características do governo chavista aproximam-se da análise weberiana acerca da dominação e dos tipos ideais, tema discutido e aprimorado ao longo de sua vida intelectual. Dessa maneira, Max Weber (2012), em sua obra *Economia e Sociedade* lançada em 1922, descreve três tipos ideais de dominação: Racional-legal, Tradicional e Carismática. A dominação racional-legal se faz através dos códigos, regras e leis sancionadas pela sociedade em comum acordo; a dominação tradicional se faz através dos valores tradicionais de uma cultura e/ou sociedade e, muitas vezes, dividem espaço com leis racionais; já a dominação carismática acontece através da capacidade que um líder tem em se firmar perante a sociedade de acordo com a sua imagem, seja de herói ou de salvador.

Essa dominação, segundo Weber (2012), consiste no tipo ideal mais frágil, posto que o governante deve, constantemente, agir de forma a não prejudicar sua imagem, enquanto que o menor erro pode levar seu governo ao fracasso. Se pensarmos a respeito do governo Chávez, pode-se observar a dominação carismática e a dominação legal

---

<sup>4</sup>PSUV: Partido Socialista Unido de Venezuela. Foi criado, após a vitória de Hugo Chávez nas eleições presidenciais de 2006, com a intenção de unir todos os partidos que apoiavam a Revolução Bolivariana. Estão integrados ao PSUV os seguintes partidos: Movimiento V Republica (MVR), Movimiento Electoral del Pueblo (MEP), Movimiento Independiente Ganamos Todos (MIGATO), Unión Popular Venezolana (UPV), Movimiento Revolucionario Tupamaro (MRT), Liga Socialista (LS), Movimiento por la Democracia Directa (MDD), Partido Unión (PU), Movimiento Cívico Militante (MCM), Fuerzas de Acciones Coordinadas de Bases por la Alianza (FACOBBA), Independientes por la Comunidad Nacional (IpCN).

atuando em sincronia, pois se tem a legislação criada e sancionada de acordo com o funcionamento da sociedade, ao mesmo tempo em que se tem a imagem construída de um líder herói (Le Bon, 2008).

A dominação em Weber (2012) é entendida como a oportunidade de um indivíduo fazer com que suas ordens dentro de um determinado conteúdo ou ocasião (nesse caso, governamental) sejam obedecidas. No entanto, essa obediência não se dá por meio de coerção violenta, a priori, mas através do próprio indivíduo que, obediente, deve estar disposto a submeter-se a tais ordens. Nos ideários de Bolívar (1977), já se sugeria a importância dos homens, e não apenas da burocracia e das leis para regulação social, o que foi incorporado no bolivarianismo, como expressa o trecho a seguir:

“Os códigos, os sistemas, os estatutos, por mais sábios que sejam, são obras mortas que pouca influência tem sobre as sociedades. Os homens virtuosos, os homens patriotas, os homens ilustrados são quem verdadeiramente constitui as Repúblicas.” (BOLÍVAR, 1977, p. 127).

Nesse sentido, Chávez chegou ao poder apoiado por uma onda de esperança da população de que seria capaz de desenvolver o país e criar tempos melhores (MEROLLA; ZECHMEISTER, 2011, p. 35). Enquanto a elite venezuelana via Bolívar como um caudilho autoritário que deveria ser mantido no passado, Chávez tinha a plena certeza do contrário: para ele, o líder político mais importante da Venezuela era marca da liberdade e deveria ser sempre lembrado e honrado, fato que perpassou todo o seu governo.

Ainda assim, o governo Chávez não se encaixa no modelo caudilhista definido por Laclau (2013) em *Razão Populista* como uma forma de governo ligada com economia rural e estrutura regional de poder. No caso venezuelano, o poder é estruturado de acordo com os moldes republicanos, em que é defendido a soberania popular ou a maximização da participação do povo nas arenas decisórias, enquanto que a economia, após a Primeira Guerra Mundial, deixa de ser baseada na produção agrícola e passa a ser centrada na produção e exportação de petróleo.

Dito isso, o governo Chávez se considerava uma tentativa de libertar a Venezuela do quadro neoliberal, baseado em um processo que visava combater a exclusão econômica e social ao abrir caminho para a democracia inclusiva. Os alicerces do governo bolivariano eram a recuperação da intervenção do Estado na economia, o aumento do padrão de vida dos setores populares e a transformação radical no regime político.

A retomada da intervenção do Estado na economia foi pronunciada a partir do fim da capitalização mista da empresa *Petróleos de Venezuela S. A.* (PDVSA), onde o Estado passou, novamente, a deter o controle total da produção de petróleo e outros hidrocarburetos líquidos, além da estatização de empresas de primeira necessidade como Mercados de Alimentos (MERCAL) e farmácias que se misturaram com empresas da iniciativa privada. Todo investimento estrangeiro que era trazido para o país intentava favorecer o mercado interno.

Como dito anteriormente, a transformação radical no regime político se baseou primordialmente na reforma constitucional de 1999; mas, para além disso, o aumento do padrão de vida dos setores populares pode ser exemplificado pelas 116 mil famílias beneficiadas pela redistribuição de mais de dois milhões de hectares de terra, por quase um milhão de crianças de áreas pobres receberem ensino gratuito, por mais de um milhão de analfabetos receberem o ensino do Programa Nacional de Alfabetização, pela ampliação do Ensino Universitário, pelas 10.000 novas clínicas de saúde, pelos 200.000 novos alojamentos para o programa dos “sem abrigo”, pela legalização dos direitos indígenas, etc. (FIGUEROA, 2006, p. 207).

Ainda assim, Chávez acreditava, depois de uma tentativa de golpe que se aproximou do sucesso, ainda havia resquícios da velha ordem nos ditames sociais. Portanto, em 10 de janeiro de 2007, o Presidente lançou os “Cinco Motores Constituintes”, parte do projeto de reforma de governo denominado *Projeto Nacional Simón Bolívar* que, segundo palavras de Chávez, terminaria de “romper com o velho esquema e daria vida ao novo; o poder constituinte nos permitiria, inclusive, mudar o tempo histórico” (El Nacional, 13-01-2007:A-9 in: ARENAS, N. p 33, 2007.).

Esse projeto de reforma foi parcialmente derrubado em referendo popular: os eleitores votaram “não” à reforma constitucional que previa a mudança da Constituição de 1999, proposta pelo próprio governo Chávez. A negação à Nova Constituição é um dos indícios da fragilidade do governo edificado sobre a figura de um salvador – a população estava insatisfeita com as atitudes tomadas pelo governo.

De acordo com Tavares (2011, p.45), ainda que os objetivos dos governos personalistas sejam mais progressistas, uma consequência desse tipo de governo é o sacrifício da autonomia pública, expondo o líder a uma dualidade de funções: ao mesmo tempo em que vocaliza as demandas do povo, exerce o poder delegativo. Ora, como, então, o Governo Chávez busca maximizar a participação da população nas arenas decisórias se esse tipo de governo sacrifica a autonomia pública?

O forte personalismo de Chávez implica na contenção das organizações da sociedade civil, na burocratização das demandas sociais e dos processos públicos, e na restrição das liberdades civis e organizativas. É a ideia de que a população pode participar e se organizar, dentro das arenas decisórias, de acordo com os limites de permissibilidade dados pelo governo. Isso fica claro com a criação dos conselhos comunais que permitem a organização da população diretamente submetida ao Poder Executivo. Contudo, avaliações negativas sobre a economia, criminalidade e corrupção, somadas às tentativas de golpe ilustraram a vulnerabilidade do governo Bolivariano. A estrutura desse tipo de governo é tão frágil que o mínimo erro é suficiente para abalar e derrubar a instituição, como aponta López Maya (2016):

Essa fragilidade se deve ao modelo de governo que Chávez constrói, fundado no carisma. O que sustenta o carisma de um líder é seu discurso e sua história, os quais o líder dominava de forma avassaladora. Ele buscava em elementos preciosos dentro dos valores culturais venezuelanos força para sustentar seus discursos e fazer com que este mantivesse fiel o eleitorado, o povo ao qual ele discursava. Porém, quando lhe faltam algumas atitudes ou mesmo quando o discurso não condiz com a realidade observada pela população, o líder e seu governo, fundados numa só figura, passam a enfrentar dificuldades que culminam em manifestos e descontentamentos expressos, o que favorece o fortalecimento de uma oposição em construção.

Toda essa longa explanação dos artifícios usados por Hugo Chávez para manejar seu governo servirá de conexão e até mesmo de justificativa para a compreensão de algumas decisões tomadas pelo Estado e de alguns projetos criados. Tudo isso compõe um grande arranjo populista de governo e traria certo vazio ao entendimento do foco desse trabalho se tal explanação não se fizesse presente. É um grande curso histórico e político a ser percorrido e não há atalhos nessa complexa trajetória.

## **2.1 Das missões aos Conselhos Comunais**

Como herança do governo anterior, Chávez teve de lidar com problemas extremos de estrutura e desenvolvimento social. Havia lugares na Venezuela onde não existia, por exemplo, água encanada; os mercados não eram pontos acessíveis para conter a fome, pois os tributos em cima dos alimentos eram altíssimos e o salário mínimo médio da população não garantia qualquer mínima qualidade de vida.

De acordo com Scartezini (2012), as missões eram a busca da superação do aparato burocrático do Estado. Era ideal que pudessem atender as demandas da população rapidamente e ao mesmo tempo conseguissem mobilizar os grupos sociais. Essa mobilização corresponde ao princípio de corresponsabilidade que se define pela ideia de que a construção de uma nova sociedade rompida com a velha ordem é função de todos os seus cidadãos e não apenas do Governo e, também, de que o povo organizado tem capacidade para manejar os recursos públicos e transformar as instituições estatais.

Chávez então decretou as Missões Bolivarianas, um programa que tinha como princípio levar o atendimento às demandas emergenciais. Dois exemplos fortes de missões podem ser a Missão Barrio Adentro e a Missão Mercal: A primeira trata da área da saúde sem se inserir no programa nacional de saúde do país, é um programa mais objetivo e específico, possuindo uma estrutura organizacional e administrativa distinta do programa (SCARTEZINI, 2012. p. 169). Seu principal objetivo era alcançar e adentrar bairros afastados dos centros de saúde, com incidência de epidemias causadas pela falta de saneamento e consequente higiene precária, levando atendimento, medicamentos e tratamentos imediatos para os casos necessários, ainda levavam educação preventiva para certos tipos de doenças comuns da região, vacinação etc.

Já a segunda missão supracitada fora, talvez, a mais complicada de se sustentar. A Missão Mercal (SCARTEZINI, 2012 p.196) criava mercados estatais onde os produtos eram quase isentos de tarifas, pois havia o subsídio do Estado, para que a população mais pobre pudesse acessar os alimentos de forma mais justa de acordo com os recursos que lhes eram fornecidos até então. Nos casos de pobreza extrema havia a distribuição de vales para alimentos de primeira necessidade como arroz, leite em pó e pão.

Os mercais se mantiveram ativos mesmo depois das missões terem sido “encerradas”<sup>5</sup> dando espaço aos conselhos comunais e a nova geometria de poder. No entanto a economia do país não se movimentava de maneira tal que pudesse manter os produtos isentos de quaisquer tarifas e ao longo do tempo eles passaram a ser tributados, ainda que menos que os produtos vendidos em mercados privados.

---

<sup>5</sup>As missões não foram de fato encerradas: aquelas que entraram em vigor com o início do programa permaneceram ou se expandiram e, no lugar de novas missões, o governo passou a investir na criação dos conselhos comunais para que as políticas públicas deixassem de existir como planos emergências para vigorarem como planos permanentes e de longo prazo.

Foi explanado até então os objetivos e o funcionamento das missões, mas ainda falta explicar quem fazia com que as missões funcionassem ou ao menos estivessem ativas em seus objetivos. Os missionários eram o próprio povo que se “voluntariava” sob coerção, de acordo com as suas capacidades ou mesmo as possibilidades oferecidas, para trabalhar nessas missões, havia médicos, dentistas, professores, comerciantes e apoiadores do governo Chávez que prestariam, por vontade ou coerção, seus serviços “à Pátria e ao Povo”.

Isso traz à tona um princípio incorporado na Constituição Bolivariana: o princípio de corresponsabilidade (SCARTEZINI, 2012, p.169), que visava à organização e mobilização de trabalhadores para identificar coletivamente os problemas e necessidades de suas comunidades, trabalhando em conjunto para solucioná-las, “o povo pelo povo”, onde este povo, quando organizado tem o poder de definir prioridades de maneira muito mais coerente do que o próprio Estado, lutar por elas e ainda transformar sua própria realidade, ainda que o grau de autonomia das Missões em relação ao Estado seja muito inferior quando comparado com o grau de autonomia das Comunas em relação ao Estado.

Assim, podemos observar que a principal contribuição do Programa de Missões, para que a Revolução Bolivariana, de fato, se consolidasse, foi o incentivo e o fortalecimento das organizações populares, pois além de mobilizar a população e estabelecer alguns “nichos” de trabalho, ainda induziu (mesmo que através de ferramentas coercitivas) a militância pró bolivarianismo, o que assegurou o desenvolvimento do Governo Bolivariano ainda que em cima de conjunturas personalistas e populares.

Mediante a atuação das missões percebia-se que esse trabalho organizado em comitês deveria ser mantido de forma institucional, pois seus resultados eram reais e excediam a projeção esperada. Inspirado nas comunas socialistas da URSS, Chávez cria o que seria em prospecção os conselhos comunais através da Missão 13 de abril de 2008, esta missão tinha em seu objetivo proliferar as comunas e consolidá-las como instâncias de organização popular, com sua própria organização e autonomia.

Essa nova geometria é parte do que Chávez chamou de Socialismo do Século XXI, um modelo econômico inspirado no socialismo soviético e cubano remodelado a fim de não perder abertura para o capitalismo. Esse novo modelo não acabava literalmente com a propriedade privada, mantinha a democracia em seu modo mais amplo, incluindo consultas públicas e plebiscitos. No entanto era de propriedade do

Estado a maior fonte econômica do país, a petrolífera PDVSA: a Venezuela tinha em torno de 99% da sua renda atrelada vitalmente a exploração de petróleo e gás natural (LÓPEZ MAYA, 2016), onde seu maior comprador era os Estados Unidos, o inimigo necessário.

A Venezuela nunca se declarou socialista ou comunista, como a URSS e Cuba, pois a ideia de um embargo norte-americano era, de longe, inviável. Por isso esse novo molde, em nome de um Socialismo “moderno”, readaptado, mais democrático e popular, distante do modelo “ditador” divulgado pela mídia, ainda que crítico do liberalismo, fechado à possibilidade da instalação de multinacionais ou indústrias de novos ramos, defensor ferrenho da economia unicelular, Chávez se mostrava o caminho para a “Nova Era” venezuelana e era nesse positivismo de reconstrução participativa que Chávez conquistou seu espaço com certa solidez.

As missões foram a ponte para a introdução de uma nova geometria de poder e a partir da Missão 13 de abril<sup>6</sup> abriu-se um caminho para novas e concretas possibilidades em relação às comunas, foi promulgada a Lei Orgânica das Comunas 12/2010, que possuía quatro principais objetivos:

- A) desenvolver e consolidar o Estado Comunal com expressão do Poder popular e base para a construção de uma sociedade socialista.
- B) conformar o autogoverno para exercício direto de funções de elaboração, execução e controle da gestão pública.
- C) promover a articulação e integração com outras comunas.
- D) impulsionar o desenvolvimento e consolidação da prosperidade social.

Em conjunto a Lei de Comunas atua a Lei Orgânica de Participação Popular, que reforma a ideia de construção do “Estado Social Comunal” e define o conceito de “participação cidadã” como a forma de organização popular a fim de objetivar a participação em prol da comunidade venezuelana:

Art. 6º: instituições governamentais deverão promover e garantir a participação dos cidadãos na gestão social comunitária, estabelecendo os meios de participação e conceitualização na planificação participativa.

Art. 29º: os órgãos e entidades do Poder Público, durante a etapa de elaboração dos respectivos planos incorporarão nas suas discussões as Comunas, Organizações Socioprodutivas comunitárias e demais organizações do poder popular.

---

<sup>6</sup>A Missão 13 de abril surgiu em 2008, no dia em que se completaram seis anos do golpe de Estado ocorrido em abril de 2002. O objetivo desta Missão era fortalecer o Poder Popular através da construção de Comunas Socialistas. (Scartezini, 2012, p. 207).

Por definição da constituição bolivariana, as comunas são entidades locais conformadas pelo conjunto de comunidades que possuem, em âmbito geográfico, uma memória histórica compartilhada: origem, costumes e traços culturais que os identifica e interesses comuns no território que ocupam e sobre o qual exercem princípios de soberania e participação protagônica.

Essas comunas seriam formadas a partir da união dos Conselhos Comunais que, de acordo com a Lei Orgânica dos Conselhos Comunais, “são instâncias de participação, articulação e integração entre os cidadãos e as diversas organizações comunitárias, movimentos sociais e populares que permitem ao povo organizado exercer o governo comunitário e a gestão direta das políticas públicas e projetos orientados a responder as necessidades, potencialidades e aspirações das comunidades na construção do novo modelo de sociedade de igualdade, equidade e justiça”.

Os Conselhos Comunais possuem uma organização própria e peculiar, onde possuem tanta autonomia quanto as prefeituras ou as gestões de estado para elaborar, conformar e executar os projetos, desde que o orçamento seja aprovado pelo executivo nacional. Toda verba necessária para a execução de projetos, prestação de contas, atas de assembleias são dirigidas ao Poder Executivo nacional, concentrado nas mãos de Chávez com auxílio de seu Ministério (LÓPEZ MAYA, 2011, p.192). Essa estratégia de supervisão direta é uma forma de impedir que projetos sejam impugnados pelas gestões (de cidade ou estado) de oposição ao governo bolivariano.

As missões foram a porta de entrada para outras políticas de participação popular, estas tiveram papel fundamental durante as tentativas de ataque ao governo, como o golpe de 2002 explanado anteriormente, pois garantiram a mobilização popular a favor de Chávez. Aos poucos as táticas de articulação perderam seu efeito de mobilização popular, somado ao efeito dominó das manifestações e das tentativas de golpe sofridas pelo governo Chávez, causando a fragilidade e o descontentamento eleitoral. Como dito no início do capítulo, em 2007, Chávez lança em consulta pública o programa de reforma do governo e, dentro dele, os “cinco motores constituintes” (NEVES, 2010, p.69):

- **Lei Habilitante:** em 31 de janeiro de 2007 a Assembleia Nacional delegou ao presidente plenos poderes de legislar em uma ampla gama de assuntos no espaço de um ano – sejam políticos, sociais, econômicos ou exteriores – o governante tem direito de fazer 49 decretos no ano sem que seja necessária a aprovação da

Assembleia Nacional. Esta lei aprofunda o caráter delegativo extremo que caracteriza a presidência de Hugo Chávez.

- **Reforma Constitucional:** depois de seis anos de mandato e consequentes seis anos da reforma constitucional de 1999, Chávez propõe uma nova reforma com o pretexto de que fatores da Velha Ordem Puntofijista haviam se “infiltrado” na elaboração da Constituição Bolivariana de 1999. Um dos principais pontos da reforma seria a mudança na lei de reeleição: Chávez propõe reeleição presidencial indefinida (o atual presidente pode candidatar-se ao cargo quantas vezes quiser), pois segundo ele a alternância de poderes é uma chantagem política e quem deve decidir se alterna ou não o poder executivo é o povo. Ainda de acordo com palavras do líder, a possibilidade de o povo decidir sobre a reeleição do presidente sob candidatura “infinita” é uma manifestação da política participativa.
- **Educação Popular:** Baseada no conceito de “moral e luzes” de Bolívar, a educação venezuelana sempre foi ideologizada, dentro das escolas se ensina de acordo com as permissões e exigências bolivarianas. Assim, este ponto motor pretendia intensificar essa ideologização, pois, para Chávez, “não pode existir uma revolução sem ideologias revolucionárias e sem consciência política”. A presidente da comissão de educação da Assembleia Nacional completa o pensamento de Chávez dizendo que “deve-se estudar o pensamento chavista nos colégios. É a única maneira de devolver ao país sua verdadeira identidade”. A proposição ainda prevê que os trabalhadores, tanto de empresas públicas como privadas, recebam quatro horas de ensino da teoria e prática marxista por semana.
- **Poder Comunal:** trata-se de aprofundar a democracia direta como alternativa a democracia representativa. São estruturas sociais intermediárias em exercício do poder. Os conselhos deverão formar-se a partir de uma base de 200 a 400 famílias nas áreas urbanas, 20 nas áreas rurais e 10 nas comunidades indígenas. Essa nova organização social nasce subordinada ao Executivo Nacional - Hugo Chávez.
- **Nova Geometria de Poder:** um novo modo de distribuição de poder o que implica revisão da divisão político territorial do país. A ideia central é criar um sistema de “cidades federais” que seriam cidades nos moldes do socialismo, com o intuito de concentrar o poder municipal e estadual nas mãos de um líder único: o presidente.

Os Conselhos Comuns são uma espécie de micro governo, em que os “governantes” pertencem à comunidade em questão. O número de conselhos é

proporcional ao número de habitantes de cada área, como descrito anteriormente, e cada área é dividida em subáreas que são os bairros ou uma área delimitada, como os lotes rurais ou as comunidades indígenas.

A função dos conselhos (LÓPEZ MAYA, 2011, p.191) abrange responder às demandas de suas áreas sejam elas referentes a lazer, segurança, assistência a crianças com necessidades especiais, defesa do consumidor ou qualquer outra demanda que seja importante para aquela área. Esses conselhos estão submetidos diretamente ao poder executivo, possuindo poder decisório e recebendo verba federal para a execução de seus projetos. Toda e qualquer decisão é tomada em conjunto com os habitantes de cada área correspondente, permitindo indiretamente uma proximidade maior do Estado com o povo.

Os conselhos se garantem através de algumas legislações - inspirados no princípio de corresponsabilidade social das missões - estes se sustentam em sua base sobre os artigos 62º, 70º<sup>7</sup> e 184º (sobre a criação de mecanismos de descentralização e transferência para grupos vicinais organizados e comunidades os serviços que são geridos pelos estados e municípios):

**Artículo 184.** La ley creará mecanismos abiertos y flexibles para que los Estados y los Municipios descentralicen y transfieran a las comunidades y grupos vecinales organizados los servicios que éstos gestionen previa demostración de su capacidad para prestarlos, promoviendo:

1. La transferencia de servicios en materia de salud, educación, vivienda, deporte, cultura, programas sociales, ambiente, mantenimiento de áreas industriales, mantenimiento y conservación de áreas urbanas, prevención y protección vecinal, construcción de obras y prestación de servicios públicos. A tal efecto, podrán establecer convenios cuyos contenidos estarán orientados por los principios de interdependencia, coordinación, cooperación y corresponsabilidad.
2. La participación de las comunidades y ciudadanos y ciudadanas, a través de las asociaciones vecinales y organizaciones no gubernamentales, en la formulación de propuestas de inversión ante las autoridades estatales y municipales encargadas de la elaboración de los respectivos planes de inversión, así como en la ejecución,

---

<sup>7</sup> “**Artículo 70.** Son medios de participación y protagonismo del pueblo en ejercicio de su soberanía, en lo político: la elección de cargos públicos, el referendo, la consulta popular, la revocatoria del mandato, la iniciativa legislativa, constitucional y constituyente, el cabildo abierto y la asamblea de ciudadanos y ciudadanas cuyas decisiones serán de carácter vinculante, entre otros; y en lo social y económico, las instancias de atención ciudadana, la autogestión, la cogestión, las cooperativas en todas sus formas incluyendo las de carácter financiero, las cajas de ahorro, la empresa comunitaria y demás formas asociativas guiadas por los valores de la mutua cooperación y la solidaridad. La ley establecerá las condiciones para el efectivo funcionamiento de los medios de participación previstos en este artículo”.

evaluación y control de obras, programas sociales y servicios públicos en su jurisdicción.

3. La participación en los procesos económicos estimulando las expresiones de la economía social, tales como cooperativas, cajas de ahorro, mutuales y otras formas asociativas.

4. La participación de los trabajadores y trabajadoras y comunidades en la gestión de las empresas públicas mediante mecanismos autogestionarios y cogestionarios.

5. La creación de organizaciones, cooperativas y empresas comunales de servicios, como fuentes generadoras de empleo y de bienestar social, propendiendo a su permanencia mediante el diseño de políticas donde aquellas tengan participación.

6. La creación de nuevos sujetos de descentralización a nivel de las parroquias, las comunidades, los barrios y las vecindades a los fines de garantizar el principio de la corresponsabilidad en la gestión pública de los gobiernos locales y estadales y desarrollar procesos autogestionarios y cogestionarios en la administración y control de los servicios públicos estadales y municipales.

7. La participación de las comunidades en actividades de acercamiento a los establecimientos penales y de vinculación de éstos con la población. (**Constitución Bolivariana del 1999**).

No entanto, em sua especificidade, os conselhos se solidificam sobre a “Lei Orgânica de Participação e Poder Popular”, aprovada em 2009 pela Assembleia Nacional, que define o conceito de participação cidadã estabelecendo os meios para a planificação do poder popular e sobre a “Lei Orgânica dos Conselhos Comunais”, onde, esta, define os conselhos como instancias de participação, articulação e integração entre os cidadãos, organizações comunitárias, movimentos sociais e populares que permitem ao povo organizado exercer o governo comunitário e a gestão direta das políticas públicas e projetos orientados a responder as demandas e necessidades das comunidades, na construção do novo modelo de sociedade socialista<sup>8</sup> de igualdade, equidade e justiça social (ZUBER, 2012, p. 10).

Enquanto as Missões se incumbiram de responder as demandas urgentes da população, algumas em curto prazo, os Conselhos devem responder as demandas de suas áreas de maneira mais permanente, enquanto funcionam como micro governos. Essa disposição de descentralização do poder dos governos municipais e estaduais para

---

<sup>8</sup>Esse novo modelo socialista recebeu o nome de Socialismo do Século XXI, que não possui uma definição conceitual específica, mas que aglutina alguns aspectos do socialismo marxista com suas modificações. O termo foi cunhado pela primeira vez por Heinz Dieterich em 1996 e Hugo Chávez o tornou mais popular quando o integrou a Revolução Bolivariana. Dieterich sugere que o Socialismo do Século XXI possua quatro instituições básicas para corrigir falhas como pobreza, fome, exploração econômica, racismo, sexismo, etc; e são elas: Equivalência econômica, democracia da maioria, democracia de base e militância. Ao contrário do socialismo tradicional, o Socialismo do Século XXI não prevê coletivização das propriedades e meios de produção. As críticas a esse sistema variam: há quem diga que o Socialismo do Século XXI não passe de um slogan ou que seja apenas uma nova forma de implantar ideias antigas e ultrapassadas. (MARCANO, 2007) (AZNAR, 2007).

os grupos organizados e comunidades é que configura a nova geometria de poder: onde os conselhos seriam organizados em comunas, tornando-se mais autônomos.

No entanto a descentralização se torna questionável quando, ao mudar a concentração de poder de execução de políticas públicas e de distribuição de recursos dos governos municipais e estaduais para os conselhos comunais, pois os mesmos estarão, segundo previsto em lei, submetidos diretamente ao poder executivo concentrado nas mãos de Hugo Chávez.

Ao dar autonomia de decisão, execução de políticas públicas e distribuição de recursos a grupos menores (bairros, comunidades, etc.) e os submeter diretamente à sua supervisão enquanto gestor do poder executivo, ele “quebra” os governos municipais e estaduais em micro governos plurais, tornando mais fácil o controle de preferências políticas.

Zuber (2012) demonstra a evidente diferença de preferências políticas das comunidades através de um trabalho de campo, onde ela compara conselhos comunais de bairros de “classe média” e “setores populares” e mostra que o primeiro, além de ter uma participação menos ativa da comunidade, demonstra preferências antibolivarianas e demandas mais “superficiais” (como lazer), enquanto o segundo possui participação muito ativa da comunidade, demandas mais “graves” (como educação e saneamento) e preferências de forte tendência Bolivariana.

Estando os conselhos submetidos ao poder executivo, seria possível saber exatamente as preferências de cada área representada, possibilitando o controle e o mapeamento de áreas de mobilização antigoverno, evitando o que Chávez menciona insistentemente de “traição à pátria”.

Para minimizar as desigualdades é preciso ser justo e para isso não se pode estabelecer uma política de distribuição de recursos igualitária e padronizada. Uso nesse estudo a definição de justiça de Michael Walzer, em seu livro “As esferas da Justiça”, onde explica que, o termo justiça não implica direta e necessariamente em igualdade ou vice-versa. O conceito de sociedade igualitária é muito mais complexo de se concretizar em prática do que a sociedade equitativa e justa: no primeiro conceito, em tese, todos teriam o mesmo acesso aos mesmos recursos de maneira igual, no entanto nem todos os indivíduos necessitam de determinados recursos com a mesma intensidade que outros; já no segundo conceito, os indivíduos receberiam os recursos de acordo com suas demandas e necessidades proporcionais e respectivas. Observemos que neste último a distribuição não é igualitária, mas proporcional.

Assim, ainda de acordo com o Walzer, é preciso que se considere a necessidade e a história de cada comunidade para que possa se estabelecer um critério e distribuição baseado na necessidade dos indivíduos que compõem aquelas comunidades e a história que os precede.

Esse é um critério muito bem identificado dentro das políticas dos conselhos comunais: cada conselho cuida das demandas de uma determinada região limitando-se as suas necessidades. Cada recurso e cada política são executados de maneira a sanar os problemas daquele território delimitado.

Podemos associar a atuação do Conselhos com o princípio de igualdade complexa, onde nenhum grupo domina ou monopoliza determinados recursos, cada um deles é oferecido à sociedade mediante sua necessidade individual, nas palavras de Walzer: “identificar los tipos de bienes accesibles a la distribución, y los criterios apropiados para cada uno, significa interpretar la cultura de una sociedad determinada.”.

## **2.2 O bolivarianismo entre as paixões e a racionalidade**

Entende-se que todas as escolhas relacionadas às demandas de recursos são orientadas de maneira racional: “do que eu preciso?” e “preciso para quê?”, no entanto não é totalmente racional o processo de escolha e aceitação de lideranças no caso Venezuelano, pois:

Temos um povo orientado por uma imagem. Essa imagem está dotada de atributos que prometem ser capazes de salvar esse povo de um inimigo construído através dos discursos dessa imagem: o inimigo é tudo o que pode ameaçar o governo e, por ameaçar o governo, pode também ameaçar o povo. (LACLAU, 2013)

O conceito de construção do inimigo é muito utilizado nos discursos de lideranças populistas do tipo carismáticas. Essas lideranças usam do discurso em quatro etapas, de acordo com Le Bon: Afirmação, repetição, contágio e prestígio. Essas quatro etapas constroem o líder que comandará essa multidão (o povo):

- A Afirmação carrega consigo a responsabilidade de criar a relação de confiança entre o líder e sua multidão e “quanto mais concisa, desprovida de provas e demonstração for essa afirmação, mais autoridade ela terá” (Le Bon, 2008, p.117). Quanto mais convicção for usada na fala, maior credibilidade e confiança serão transmitidas.

- A repetição talvez seja a primeira em ordem de importância dentre as quatro etapas, pois é a partir dela que os discursos começam a surtir efeito e a homogeneização da multidão começa a ser criada, pois “a coisa repetida acaba por se incrustar nas regiões profundas do inconsciente onde as motivações de nossas motivações são elaboradas” (Le Bon, 2008, p.117) daí compreende-se o porquê de a escolha do líder, por mais democrática que possa ser, não é tão orientada pela racionalidade como deveria. É o mesmo efeito que os jingles publicitários têm sobre nós, num momento conhece-se um produto que nunca foi necessário até seu surgimento, depois o consumimos por meio de uma hipnose inconsciente, que tem mais ou menos eficácia de acordo com a entonação das vozes, cores associadas, elementos que provoquem simpatia ou qualquer sensação relativa ao estado de satisfação/felicidade etc.
- Em seguida temos o Contágio como o segundo lugar na ordem de importância. O contágio é o mesmo princípio usado por Freud para explicar a histeria coletiva, “ele não exige a presença simultânea dos indivíduos em um mesmo ponto, pode se dar à distância sob a influência de certos acontecimentos que orientam os espíritos num mesmo sentido e lhes conferem as características específicas das multidões, sobretudo quando já estão preparados previamente pela afirmação e pela repetição” (Le Bon, 2008, p.118). O contágio é um recurso psicológico tão poderoso que pode impor aos indivíduos não só os modos de pensar, mas algumas maneiras de sentir: emoções ou sintomas biológicos.
- Por fim chegamos ao prestígio, que é um recurso usado para angariar admiração. Admiração que um povo tem pelo seu líder é um dos alicerces mais fortes e necessários para sustentar o frágil carisma do governo. Um líder sem prestígio tem um governo fadado ao fracasso. “O prestígio pode englobar certos sentimentos como a admiração e o temor, que inclusive constituem às vezes sua base, mas pode perfeitamente existir sem eles” (Le Bon, 2008, p.121). Esse é o motor mais poderoso de toda a dominação exercida pelo líder. O povo se condiciona a admirar ou temer esse líder dotado de prestígio, pois ele é “grandioso” o suficiente para ser seu salvador.

Chávez, como se pode ver na trajetória apresentada anteriormente, se organizou para fazer as afirmações mais prestigiosas de forma que a repetição delas trouxesse consigo o contágio e ele pudesse construir de forma mais sólida possível, seu socialismo do século XXI, concretizado através do Bolivarianismo; pôde consolidar treze anos de um governo que, entre uma crise e outra, só pode ser interrompido com a sua morte.

Nesse misto de paixão e razão o governo bolivariano se consolidou com boas garantias, ainda que se saiba da fragilidade de um governo pautado no carisma, pois conseguiu manter-se em vigor por quase 15 anos sob o comando de Chávez. Aliás, até hoje o governo de Hugo Chávez é lembrado com inflamação pela população venezuelana, diante da situação crítica em que estão inseridos atualmente.

A população seleciona e expõe suas demandas de maneira racional, pois sabe perfeitamente os recursos que lhe falta, sabe do que precisa. A escolha do líder e a maioria dos plebiscitos ou processos decisórios foram executadas mediante o uso dos discursos inflamados, lapidados com emoções, chantagens emocionais, alertas de perigos eminentes, etc.

Um exemplo disso é a consulta para adesão dos cinco motores constituintes, onde a população não aceita uma nova reforma constitucional, pois dentro dela haveria o mandato vitalício para presidente, tirando a necessidade do voto para o cargo, logo, seria a perda de um recurso valioso para a população; no entanto a Lei Habilitante, que dava poderes plenos de decreto para o presidente foi aceita, pois não implicava na perda direta de recursos e benefícios, exceto pelo fato de que o presidente a partir dali poderia, 49 vezes ao ano, decretar o que bem quisesse sem a necessidade do crivo de assembleia e plebiscito.

Embora o exercício do voto seja valioso, em um processo totalmente racional, não passaria nem a reforma da constituição e nem a lei habilitante, pois a primeira revoga direitos da população diretamente enquanto a segunda oferece essa possibilidade subjetivamente, mas através da confiança que se tem numa imagem acredita-se que esse poder não seria utilizado para ações contra o povo, e sim a favor dele.

### Capítulo 3 – Os Conselhos e a dualidade funcional

Não penso que a cooperação e a ausência de egoísmo no acampamento sejam adequadas apenas entre amigos ou no interior de uma pequena comunidade. Na provisão mútua de uma sociedade de mercado, as pessoas são essencialmente indiferentes ao destino do agricultor cujos alimentos come. Sigo achando atrativo o sentimento de uma canção de esquerda que aprendi na minha infância e que começa assim: “Se nos considerássemos uns aos outros um vizinho, um irmão, o mundo seria maravilhoso, maravilhoso”. (COHEN, 2009, p. 55.)

A citação acima é uma ilustração do funcionamento dos conselhos, algo inaugural, que remete a reflexão sobre a cooperação, pois a base dos conselhos comunais vem desse princípio e da ausência do egoísmo para atender as demandas de cada localidade; era preciso, em tese, união e disposição dos membros dessas localidades para que os conselhos pudessem funcionar.

O questionamento que se faz sobre essa disposição tão “magnífica” é o seguinte: se os conselhos são formados a partir de localidades delimitadas não só por bairros ou regiões, (era possível se ter mais de um conselho no mesmo bairro, por exemplo) e, para que seu funcionamento fosse excelente, era necessária a união e a abnegação dos valores e vontades individuais em prol da comunidade, como é que a situação socioeconômica da Venezuela não se solucionou nesse período? Por que a Venezuela não é (e está longe de ser) este “mundo maravilhoso”?

Para construirmos essa discussão é necessária uma explanação mais detalhada sobre a estrutura dos conselhos comunais, seu funcionamento e atuação. Os conselhos comunais foram criados, a priori, sob a justificativa de atendimento às demandas da população; eles evoluíram das Missões Bolivarianas, um programa criado para atender as reivindicações<sup>9</sup> da população. Era preciso um mecanismo que pudesse ser justo e eficiente na distribuição de recursos e que, teoricamente, minimizasse ou ao menos dificultasse as possíveis corrupções do repasse da verba.

Estes conselhos, de acordo com a lei de 2006, “são instancias de participação, articulação e integração entre as diversas organizações comunitárias, grupos sociais e cidadãos que permitem ao povo organizado exercer diretamente a gestão das políticas

---

<sup>9</sup>Ernesto Laclau em seu livro “A Razão Populista”, nos traz a seguinte ideia, que pode compatibilizar com as minhas análises: Quando não há uma emergência as instituições tratam os pedidos como demandas, no entanto, “se a demanda [...] não for atendida administrativamente [...] ocorrerá o aumento de demandas insatisfeitas [...] nesse caso os pedidos transformam-se em reivindicações” (LACLAU, 2013, p.13).

públicas e projetos orientados a responder às necessidades e aspirações de uma sociedade de equidades e justiça social.” (Artigo 2º).

De acordo com panfleto divulgado no site da TELESUR, canal de televisão do Estado Venezuelano, onde há explanações bem objetivas sobre os conselhos comunais, em 2017 contabilizou-se 45.776 conselhos comunais, sendo que desde a promulgação da lei de comunas, dezenas de conselhos comunais foram aglutinados em 504 mil comunas; só em 2016 registraram-se, em média, 367 novos conselhos por mês. Segundo os dados do panfleto, fornecidos pelo governo venezuelano (e, por isso, não posso confirmar a veracidade dos mesmos), os conselhos comunais são muito eficazes ao cumprir sua função primordial de distribuição de recursos.

Ainda, de acordo com o documento supracitado, os conselhos se incumbem de beneficiar a população rural e urbana, comunidades indígenas, movimentos sociais e organizações comunitárias e atuam num ciclo de cinco passos primordiais:

**1º) diagnóstico:** onde os membros do conselho percorrem a região que está sob sua responsabilidade estudando quais são os problemas daquela região, quais são as demandas e reclamações da população dali e o que precisa ser feito;

**2º) plano:** onde a partir das conclusões do diagnóstico elabora-se um plano minucioso do que o conselho precisa executar, esse plano vai ser votado em assembleia comunal e, se aprovado, vai para fase de orçamento, caso contrário passará por reajustes até que a comuna aprove o plano e ele possa ser orçado;

**3º) orçamento:** os membros do conselho passam a cotar todo custo da implantação daquele projeto para solicitar a verba para o governo (executivo) com o máximo de justificativas possível para que não haja vetos ou (no plano ideal) corrupção, com o orçamento aprovado pode-se passar para a fase de execução (no caso de rejeição do orçamento, há uma nova assembleia para decidir quais são as demandas mais urgentes daquele plano e que devem ser executadas primeiro, feito isso, encaminham um novo orçamento, mais barato, pois há menos ações, para que o governo aprove; esse processo pode se repetir até que haja a liberação de verba);

**4º) execução:** neste momento os conselhos já possuem o dinheiro necessário para a realização do projeto e o colocará em prática: a mão-de-obra, em sua maioria, é recrutada pelo conselho e provém da região da qual ele é responsável, pois é uma forma de gerar emprego e fazer com que haja circulação de dinheiro, porém nem toda mão-de-obra é remunerada, alguns trabalhadores são voluntários (no início

do conselho havia mais mão-de-obra remunerada, até 2012 a mão-de-obra era, em maioria, voluntária);

**5º) Controladoria Social:** após o projeto executado e em atividade, o conselho tem o dever de fiscalizar e controlar o funcionamento da região para garantir que as demandas são atendidas, que o projeto esteja em atividade regular e que a população seja ouvida constantemente, pois dessa forma os conselhos estariam sempre cientes do que a população precisa.

O conselho funciona de forma que cada região possa receber os tipos e quantidades de recurso que necessitem, pois o que acontecia antes era que todos os recursos disponíveis eram distribuídos de maneira igual para todos, sendo que alguns grupos recebiam mais recursos do que necessitavam enquanto outros grupos não recebiam recursos suficientes às suas necessidades.

 **10 AÑOS**  
de la promulgación de la **LEY ORGÁNICA DE CONSEJOS COMUNALES EN VENEZUELA**

El 10 de abril de 2006 el Comandante Hugo Chávez promulgó la Ley Orgánica de Consejos Comunales para responder a las necesidades de la comunidad organizada y lograr el bienestar colectivo con participación directa, real y democrática.

**¿Qué son los consejos comunales?**

 Son espacios de participación, articulación e integración entre los ciudadanos. Tienen como objetivo consolidar el poder popular y ejercer el gobierno comunitario con igualdad, equidad y justicia social.

**¿Cuántos consejos comunales están registrados?**

En la actualidad existen **45 mil 776** consejos comunales registrados

Decenas de consejos comunales se unieron en **mil 504** comunas

Durante el 2016 se han registrado mensualmente **367 nuevos consejos comunales**

**¿A quiénes beneficia?**

**MOVIMIENTOS SOCIALES**  **ORGANIZACIONES COMUNITARIAS** 

**¿Cómo actúan los consejos comunales?**  **COMUNIDADES INDÍGENAS**

Realizan el ciclo comunal a través de cinco fases:

**DIAGNÓSTICO** | **PRESUPUESTO** | **CONTRALORÍA SOCIAL**  
**PLAN** | **EJECUCIÓN**

Fuente: mpccomunas.gob.ve/ avni.info.ve/ minci.gob.ve/ Ley Orgánica de los Consejos Comunales

Fonte: Telesur, 2018.

Existem duas organizações primordiais: a primeira forma o conselho e a segunda, o organiza numa gestão própria:

1. Uma assembleia de cidadãos elege uma comissão promotora provisória que formará a comissão promotora definitiva. Esta, por sua vez, dá origem a três órgãos: Executivo, que formará os comitês de trabalho; Controle, que estará responsável pelas avaliações e audições de controle; e

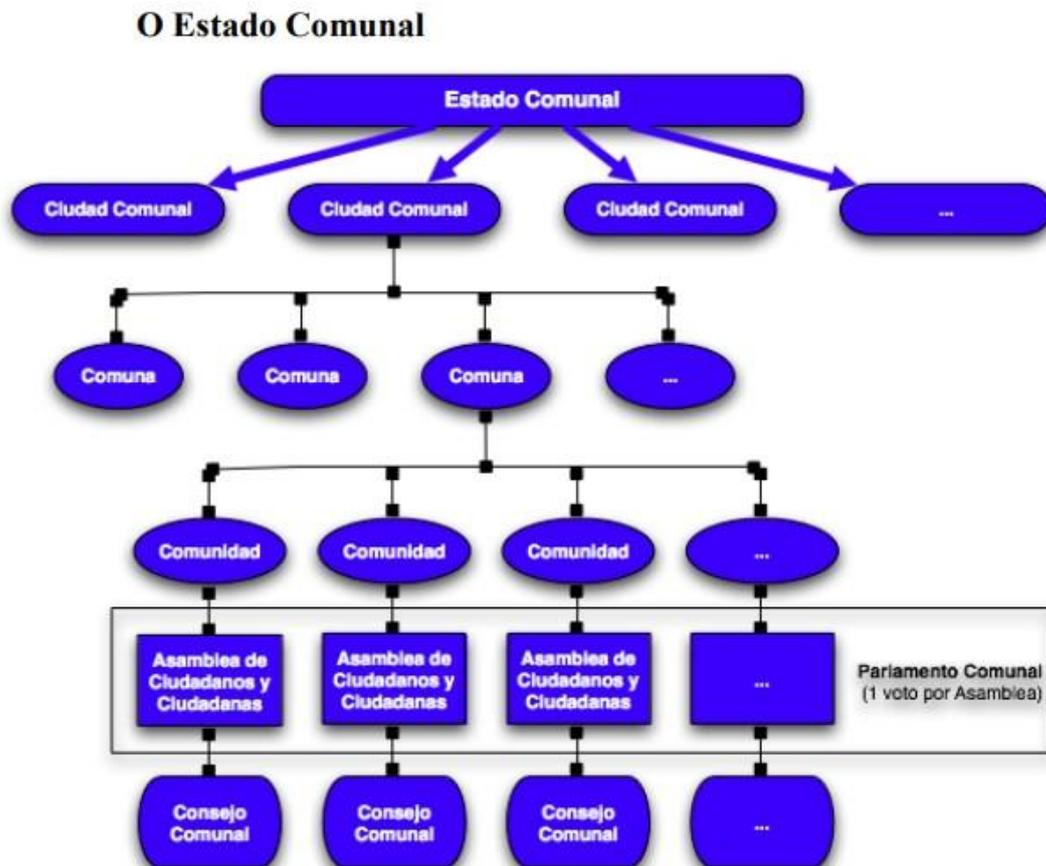
Financeiro, que formará a cooperativa financeira, onde, numa ocasional união de alguns conselhos, pode evoluir para um banco comunal.

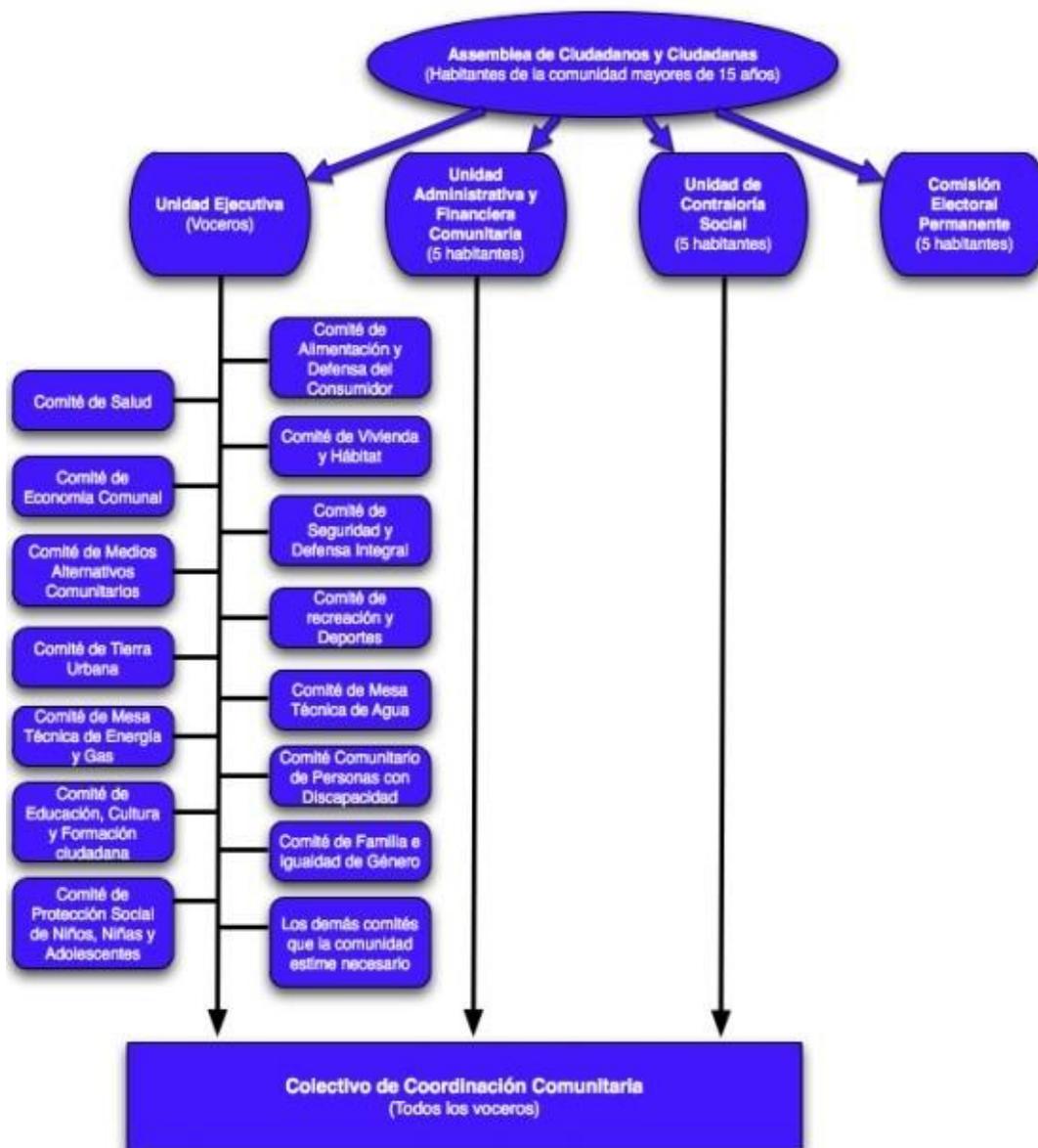
2. Desses três órgãos supracitados, os dois últimos possuirão uma formação básica de cinco habitantes cada um. Já o órgão executivo será uma conjunção de todos os comitês de trabalho do conselho: comitês de saúde, alimentação e defesa do consumidor, economia comunal, vivência e Habitat, meios alternativos comunitários, terra urbana, segurança, esportes, energia e gás; educação, cultura e formação cidadã; pessoas com deficiência, proteção social de crianças e adolescentes, igualdade de gênero. O órgão executivo possui um porta voz geral e cada comitê possui seu porta voz. Cada representante de cada órgão e comitê formarão o coletivo de coordenação comunitária, onde as decisões independentes serão expostas para que se possa chegar a um acordo comum que amenize ou minimize as desigualdades e maximize a satisfação de demandas ao máximo possível.

**Figura 1 – fluxograma da estrutura do Estado Comunal**

FONTE: Zuber, Inês. p. 10.

**Figura 2 – fluxograma de funcionamento dos conselhos comunais**





FONTE: Zuber, Inês. p. 13.

Os conselhos comunais possuem certa autonomia financeira, tendo autorização para angariar recursos por seus métodos, como doações dos moradores da região a que pertence um conselho, ações afirmativas, produções independentes como acontece nos conselhos das zonas rurais que recebe parte do lucro gerado da produção rural. No entanto a principal fonte financeira é o repasse que pode vir do Executivo da República, dos estados ou dos municípios. Acontece que o recurso é enviado diretamente aos conselhos: o executivo destina diretamente aos conselhos a verba solicitada sem que tenha passado pelas instancias estaduais ou municipais.

**OCH:** ¿Cómo yo llegué a los CC? Nosotros hicimos... una serie de mesas de trabajo, una de ellas de participación en la ciudad... en Bolívar, el Estado Bolívar y...

**ML<sup>10</sup>:** ¿Estás hablando de?

**OCH:** De hace 2 años atrás, o sea, fue en el 2004 y era sobre presupuesto participativo y experiencias en general relacionadas con participación, ahí fue gente que yo conocía, pero en ese momento me entregaron un material que yo nunca vi, ni tampoco en ninguna exposición, que era un material de Cumaná, de Jesús Rojas, que estaban haciendo en ese momento ya un comienzo de lo que ellos llamaban “Gobierno Comunitario” ¿no?, que tiene el mismo sentido de lo que actualmente son los CC. Entonces el material era una especie de ordenanza donde se explicaba todo lo que era esta organización comunitaria y me pareció tan importante... Entonces ...trato de ubicar a estas personas... era un grupo de izquierda que hacía 2 años que se reunía semanalmente ...y habían pensado en cómo hacer... cuál era el espacio ideal de participación y de autogobierno, y habían llegado a la conclusión de que ese espacio tenía que ser muy reducido, tenía que ser en lo urbano, unas 200-400 familias y en lo rural menos y empezaron con un criterio, que a mí me parece muy correcto, que es el de que la participación es un proceso que tú no puedes acelerar y que requería entonces, sobre todo por el problema digamos de los liderazgos artificiales que a veces hay en las comunidades [buscar una solución] (OCH, 17-11-2006). (LÓPEZ MAYA, 2010. p. 196)

Os cidadãos, num primeiro momento, enxergaram os conselhos como uma forma de fazer as políticas públicas funcionarem de fato, pois seria pelas suas próprias mãos que seriam executadas. Foi uma maneira encontrada pelo executivo para que, supostamente, houvesse a menor chance possível de lavagem ou desvio de verba; os próprios cidadãos acreditavam nisso, pois eles mesmos administrariam a verba para execução das políticas públicas, não ficariam à mercê dos “políticos corruptos” de sempre que ao invés de atender às demandas da população, desviavam dinheiro para seu próprio benefício.

---

<sup>10</sup>Margarita López (ML)

No entanto, ainda assim não há garantias de que em algum momento não haverá corrupção alguma, afinal estamos falando de indivíduos dotados de vontades e paixões que, mesmo que se digam abnegados em prol do coletivo, é impossível haver abnegação total e incorruptível, caso contrário, viveríamos de analisar uma instituição aristotelicamente angelical. E para que a verba seja liberada, o projeto a ser executado pelo conselho é enviado a cada instancia onde será auditado e avaliado, a fim de evitar supervalorizações de orçamento e só depois de aprovado o projeto é que a verba é liberada.

Na lei orgânica das comunas o objetivo principal dos conselhos era promover a igualdade, no sentido de que todos teriam acesso ao que precisassem, ou seja, que estivesse no campo da necessidade. No entanto não significa que os bens seriam igualmente distribuídos. Isso corrobora com o pensamento distributivo de Walzer (2003) em seu livro “As esferas da Justiça”, quando ele diz, por exemplo, que “O dinheiro igualmente distribuído ao meio dia de domingo terá sido desigualmente redistribuído antes do fim de semana” (p. XIV), ou seja, as instituições podem até distribuir os recursos igualmente, mas não podem ter o controle de como eles serão administrados ou repassados. Assim, os recursos sendo distribuídos a fim de atender necessidades facilita que os mesmos sejam melhores administrados e melhor aproveitados.

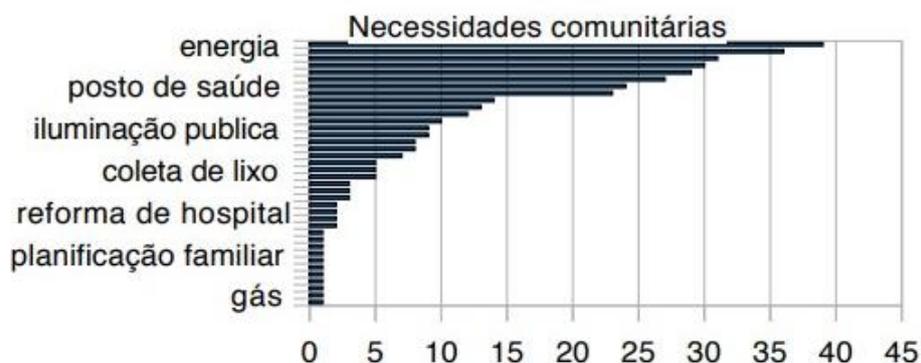
Os conselhos são distribuídos por áreas que podem ser bairros, reservas indígenas, zonas rurais etc., isso faz com que seja mais fácil mapear as demandas e evitar que se transformem em reivindicações, pois seu atendimento será mais eficiente e justo, além de muito mais específico: cada região terá acesso ao que lhe é mais urgente e a necessidade de cada conselho varia de acordo com as condições socioeconômicas em que cada região está inserida.

Em regiões mais desenvolvidas economicamente, como o centro de Caracas, as preferências políticas tendem a ser opostas ao bolivarianismo (ver **figura 1** no anexo) e as demandas entram no caráter menos urgente ou primordial que pode ser iluminação, sinalizações, praças ou algo referente ao lazer. Diz-se menos primordial, pois não está associado à sobrevivência ou qualidade de vida dos indivíduos.

Já em regiões periféricas ou economicamente desfavorecidas as preferências políticas tendem a ser favoráveis ao Bolivarianismo (ver **figura 1** no anexo) e as demandas se tornam primordiais, pois geralmente estão relacionadas ao saneamento básico, tratamento de água, setorização de terras para que exista endereço, atendimento

básico de saúde. Ou podem ser urgências sociais como transporte público de alcance estendido, creches, escolas, segurança, visibilidade étnica ou relacionadas ao gênero etc.

**Figura 3 – Necessidades Comunitárias**



Fuente: Mendes, 2010.

FONTE: ADUCI MENDES, V., 2010. p.15.

Estas últimas podem ainda ser encontradas em regiões mais favorecidas economicamente que estão em processo de expansão, ou que possam ter uma média per capita razoável, mas pouco acesso a planejamento social. Para evitar que a supremacia de uma determinada região aconteça sobre a outra, devido às condições econômicas, os projetos aprovados com mais rapidez e que possuem maiores aprovações do governo estão relacionados às questões primordiais, pois o governo entende que se houver a melhoria dessas regiões elas estarão mais distantes de problemas de caráter emergente como epidemias, analfabetismo, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, etc. e cada vez mais próximas de se tornarem regiões plenamente desenvolvidas.

“A sociedade humana é uma comunidade distributiva [...] e nós nos reunimos para compartilhar, dividir e trocar” (WALZER, 2003, p.01) embora o autor nunca tenha pensado em analisar conselhos comunais, descreveu com certa fidelidade o que acontece, em tese, dentro dos conselhos comunais, ou os conselhos comunais são um bom exemplo para confirmar a tese de Walzer: quem executa os projetos, que participa de construções civis, instalações elétricas, corpo docente das escolas, corpo médico dos hospitais são os próprios integrantes das regiões comunais e sempre uma região terá um recurso humano necessário para outra região, afinal o número de médicos formados numa região de reservas indígenas é menor do que numa região com mais acesso a esse recurso, e essa troca gera a associação dos conselhos comunais, formando as comunas.

Essas comunas nada mais são do que comunidades, organizadas para trocas e serviços. Essas ações não são orientadas somente para que haja integração entre o povo venezuelano, uma forma de homogeneizá-los enquanto multidão, mas também uma forma de distribuição de um recurso importante, que quando ausente gera um grave problema emergente: trabalho. Walzer diz que a própria função que cada homem ocupa é uma divisão de trabalho, pois o trabalho também é um recurso que acede o indivíduo a outros recursos, como alimentação e moradia.

Embora as comunas fossem instituições voltadas para trocas e participação cidadã, não havia uma grande aderência ao trabalho comunal, pois exigia dedicação total, muita paciência e o aceite da não remuneração e, talvez por esse motivo, os conselhos fossem formados majoritariamente por mulheres. (LÓPEZ MAYA, 2010, p.203). Talvez a apatia dos membros da comunidade e a baixa adesão a participar fosse um dos maiores problemas dos conselhos comunais.

**ML:** ¿Cuántos miembros tuvo el CC en el momento en que se fundó? Que fue en abril ¿verdad?

**CCV:** Exacto.

**ML:** ¿Y actualmente?

**CCV:** Mira, el aproximado te voy a decir es 27 personas y ahorita si te digo que quedan como 10-12 son muchos, no tengo la totalización completa, pero si queda ese... eso que te puedo decir.

**ML:** Los motivos por los cuales se ha ido reduciendo en ese espacio de tiempo...

**CCV:** Hay muchos motivos, el motivo es decepción, el otro es trabajo, el otro que vea que estás trabajando por tu comunidad, tienes responsabilidad y no tienes...

**ML:** Dinero (CCV, 2-2-2010). (LÓPEZ MAYA, 2010, p. 202).

As comunas são instituições meticulosamente engendradas que conseguem, ao mesmo tempo, promover o conceito de comunidade, onde o indivíduo serve a outro indivíduo pela necessidade que cada um tem de determinado recurso que um ou outro possua sem exigir recompensas, e criar um sistema de distribuição recursos o mais próximo possível do que é a justiça distributiva.

A comuna é, também, um sistema funcional que o governo encontrou de ampliar seus alcances, como se houvesse um quarto poder agindo dentro do Estado, aproximando o governo dos indivíduos e grupos e facilitando a comunicação e a cobrança democrática entre eles. É obrigação de o governo ter o conhecimento e controle de tudo que acontece em seu território, mas é função do eleitorado, dos civis ou povo fiscalizar as ações e o uso do poder do governo.

Quando se trata de governo populista, este possui outras formas de abordagem e de persuasão do povo, assim como seus inimigos tendem a mudar de acordo com seus planos de ação. Na época em que Chávez assumiu o governo e iniciou uma política de expansão petroleira com a estatização da PDVSA, os inimigos do país habitavam o plano internacional, pois a Venezuela estava se consolidando neste cenário: Chávez aludia constantemente aos Estados Unidos que estariam interessados em explorar o petróleo da Venezuela e a esse fato aliava o fator imperialista e dominador associado às ações do Tio Sam, principalmente na região central da América que possui uma grande referência para a Venezuela: Cuba.

Após a primeira crise de popularidade, em 2004, Chávez percebeu que precisava dar mais atenção ao plano interno de seu governo e cuidar mais do seu povo, deu início aos programas sociais de mais variados objetivos quando em 2006 iniciou o lançamento dos conselhos comunais. Nesse momento o inimigo mais ameaçador do Bolivarianismo ou da personificação deste, de Chávez era a sua crescente e ascendente oposição política.

Como forma de puntualizar la participación ciudadana prevista en La Constitución Bolivariana, surgen nuevas leyes que tratan de captar las nuevas formas de organización social y política ya presentes en Venezuela. En 2002 fue creada la Ley de los Consejos Locales de Planificación Publica (Venezuela, 2002) y en el año 2006 es creada la Ley de los CCs (Venezuela, 2006), y que será replanteada y reformulada en 2009 (Venezuela, 2009). Entre tanto, cabe La observación de que los Consejos Locales de Planificación Pública (CLPPs) están previstos en la Constitución de 1999, pero no la figura de los CCs. Hay que destacar que (en realidad) los CLPPs no trajeron los resultados que se esperaba, pues se quedaron atrapados en la red de manipulaciones de las prácticas centralizadoras por parte de gobiernos regionales y en las manos de muchos alcaldes (Maingon, 2005). (ADUCI MENDES, 2012, p. 5).

Os conselhos comunais pertencem à uma parte específica da constituição onde diz-se dever ampliar a participação cidadã dentro da Venezuela. A intenção era criar um governo mais democrático, onde de fato o governo seria feito pelo povo, ou ao menos fazer com que o eleitorado acreditasse que era essa a intenção.

De certo modo a participação foi realmente ampliada, as grandes ações do governo no plano interno são levadas à consulta pública. Vimos os cinco motores constituintes, onde a única parte não aprovada foi uma nova reforma constitucional, enquanto permitiu-se que uma lei onde o presidente pode fazer 49 decretos por ano sem que ninguém possa exercer poder de veto (nem assembleia, nem povo); é uma forma um

tanto equivocada de exercer a democracia e de se negar uma nova reforma constitucional.

As comunas fazem com que os civis participem da construção do estado de bem-estar de seu país, onde eles trabalham para o atendimento das demandas, criam os projetos e os executam. Seria o plano perfeito se não houvesse um jogo político por trás de toda essa grande inovação.

É estranho pensar na Venezuela como um governo democrático quando se tem um mesmo governante por 12 anos, mas é tão igualmente estranho pensá-la como uma ditadura, onde há eleições, plebiscitos, participação. Existe um autoritarismo expresso nas censuras realizadas pelo governo para com os meios de comunicação, por exemplo, mas ao mesmo tempo você tem um governo que dá todo o espaço para que o seu povo possa participar e opinar sobre os caminhos a serem seguidos. Seria uma “democracia autoritária”: o povo elege Hugo Chávez e este, que possui a admiração do povo, ganha consenso para tomar algumas decisões equivocadas aos olhos da ciência política.

Chávez descentraliza o poder com os conselhos comunais e faz deles um tipo de autarquia, que pode receber recursos de qualquer uma das três instâncias governamentais, mas só deve responder a uma delas em questão de jurisdição, que é o executivo central. No entanto, ao mesmo tempo, ele recentraliza o poder em si, pois continua existindo a verticalidade entre o executivo central e os conselhos comunais (ADDUCI MENDES, 2012).

Por continuar existindo esse controle por parte do executivo central, os conselhos tornaram-se novos “braços” desse governo, de forma que o bolivarianismo alcançou mais adeptos e, ao mesmo tempo, encontrou os pontos onde a oposição tinha mais poder de ação justamente porque antes dos conselhos o governo era distante demais desses civis: os recursos não os alcançavam.

No artigo de Margarita López Maya, “Los Consejos comunales em Caracas vistos por sus participantes: una exploración”, a pesquisadora entrevista membros de vários conselhos comunais caraquenhos e, dentre eles do conselho de San Blás Matapalo. Nessas entrevistas a autora angariou diversos relatos e alguns membros desse conselho relataram terem sofrido com a gestão anterior do mesmo, que desviou recursos outorgados pelo governo à comunidade para fins pessoais de alguns de seus integrantes.

Devido a esse episódio a comunidade passou a olhar o conselho com muita desconfiança e a fazer críticas sobre a forma com que se outorgam os recursos assim como ao laxismo com que se administravam esses recursos. Além disso, a gestão

anterior fez com que a nova gestão desse conselho não conseguisse aprovar recursos, dentro de um ano e meio, para o projeto urgente de novos encanamentos de água para a região. Quando foram questionados por López Maya sobre como financiam, afinal, suas atividades, responderam que muitas vezes dos próprios bolsos e que, às vezes, conseguem doações através de um padre ligado a universidade católica nas missas de domingo.

A relação dos conselhos comunais com o partido do presidente Chávez, PSUV, é em alguns casos a chave para conseguir apoio governamental. Parece que esse foi o caso do primeiro conselho comunal de San Blás Matapalo (LÓPEZ MAYA, 2010), muitos dos entrevistados por López Maya tentaram minimizar essa realidade: quando foram questionados sobre se exerciam militância em algum partido, alguns primeiro negaram, mas depois reconheciam que haviam se inscrito quando Chávez os CONVOCOU INSISTENTEMENTE (grifo meu) e afirmaram não militar, outros diziam que isso pouco importava; também houve aqueles que fizeram uma crítica sutil sobre o uso dos conselhos comunais na militância em épocas eleitorais e também aqueles que criticavam isso abertamente.

Dessa forma Chávez poderia ter um controle muito forte sobre áreas que apresentavam fatores de risco ou ameaça ao governo, pois ter uma oposição angariando adeptos em meio à uma crise socioeconômica era tudo que o governo não precisava, ao contrário, nesse momento Chávez precisa de ferramentas para que pudesse se proteger de todo e qualquer ataque oposicionista, ou mesmo críticas às suas decisões ou planos.

Según la profesora Margarita López (2010), que condujo una investigación en los CCs de Caracas, ha constado que muchos de los entrevistados procuran amenizar esta realidad de la participación en el partido del gobierno. Cuando preguntados sobre la militancia en partidos políticos, primero algunos negaban, pero más adelante reconocían que se habían inscrito en función del fuerte llamamiento del presidente Hugo Chávez, y “hacían una cautelosa crítica de La tendencia del gobierno en articular los CCs al partido para movilizarlos en tiempos electorales. El hecho de que los CCs sean percibidos de esa forma por el poder ejecutivo los reviste de un carácter altamente ideológico. O sea, las organizaciones sociopolíticas que surgieron en el contexto posterior a La constituyente de 1999 continúan tan vulnerables a las intervenciones partidarias cuanto en el periodo en que predominaran partidos como AD y COPEI. De tal forma, que los CCs se debaten entre dos tendencias, según García-Guardilla: “ser cooptados o convertirse en el movimiento social detrás del poder popular; hasta el momento, las praxis apuntan hacia la cooptación bien sea del gobierno sea Del PSU, el cual se vincula estrechamente con el gobierno” (García-Guardilla, 2008, p. 147). Advierte la investigadora que, de mantenerse esta tendencia, los CCs

servirán para el control social, pero no para la soberanía. (ADUCI MENDES, 2012, p. 9.).

Assim, através dos conselhos era possível articular e manipular preferências, muitas vezes através de algum tipo de coerção. Isso demonstra fragilidade e desespero por parte do líder que vê em seu caminho uma grande possibilidade de queda ou falência do governo. Com esse “mapeamento” disfarçado e todos os envolvidos nos conselhos comunais sob suas rédeas, era possível amenizar ou prever o que estaria por acontecer em prejuízo e assim criar estratégias de defesa e reversão de danos.

**ML:** Ya tú me dijiste que sí, que están... ambos [el CC y el PSUV] funcionan aquí en esta casa.

**CCM:** Nuestro batallón.

**ML:** ¿Y cómo es la relación, ustedes mismos son el batallón o cómo es?

**CCM:** No, o sea... aquí tenemos militantes y aspirantes ¿no?, los aspirantes, los que nunca asistieron a una asamblea y los militantes los que fueron consecuentes y todavía se mantienen ¿no? El batallón en su totalidad, los comisionados no son todos los miembros del CC, ahí hay cierto perfil que hay que cumplir ¿no?, claridad política, consecuencias, cuando te digo claridad política no es que esté con Chávez, sino que tenga esa capacidad de ser crítico y autocrítico ¿no? ...Nosotros nos reunimos aquí también, el batallón nuestro también nos reunimos cada 15 días, dependiendo la decisión que se tenga que tomar, la postulación que se tenga que hacer...

**ML:** ¿Esas asambleas son distintas a las del CC?

**CCM:** Si. Esto es lo que tienen que discutir, en la Asamblea Nacional nos decían esto es lo que tienen que discutir, nosotros si no era necesario discutir ese papel, proyectábamos una película y discutíamos en base a la película, o sea, la metodología siempre la cambiábamos, pero con el mismo objetivo, pues, el objetivo era el mismo (CCM, 21-7-2009). (LÓPEZ MAYA, 2010, p. 206)

É claro que esse plano de ação não funcionaria para sempre e hoje vemos as consequências disso no Governo Maduro, mas fez com que Chávez pudesse se manter no poder por mais alguns anos, sendo apenas contido pela morte, fato que o fez terminar sua jornada como herói.

Em um discurso sobre o plebiscito de 2007 (LÓPEZ MAYA, 2011. pp. 192-193) que votaria a aprovação ou reprovação dos cinco motores constituintes, dentre eles a reforma constitucional, a ministra do Poder Popular<sup>11</sup>, Erika Farías disse que os conselhos comunais são um órgão de poder e que todos devem ser uma organização para a batalha do sim. Comitês de terra, mesas de energia, mesas de telecomunicações

<sup>11</sup> Na figura 2, na seção de anexos, há um fluxograma de ilustração da estrutura do Ministério do Poder Popular

são comitês pelo SIM. Afirmou ainda que era necessário que se entendesse que este é um trabalho político e que deixar de lado qualquer outro projeto pela luta era essencial. E completa dizendo que os comitês pelo sim tinham que converter-se em patrulhas organizadas pelo PSUV para que não ficasse nenhum chavista sem votar (LÓPEZ MAYA, 2010, p.194)

Ora, se esse discurso não convence de que os comitês (que se tornariam os conselhos comunais) também são instrumentos de articulação política e mapeamento de preferência, a constituição bolivariana resume com palavras mais sutilmente diretas essa ideia de que os conselhos devem estar sempre a serviço do governo:

“El Ministerio del Poder Popular con competencia en materia de participación ciudadana dictará las políticas estratégicas, planes generales, programas y proyectos para la participación comunitaria en los asuntos públicos y acompañará a los consejos comunales en el cumplimiento de sus fines y propósitos, y facilitará la articulación en las relaciones entre éstos y los órganos y entes del poder público.” (Constituição Bolivariana da Venezuela).

A lei orgânica dos conselhos comunais de 2009 foi adiante no status centralizador e estatal dessa instância ao atribuir-lhes funções produtivas para a construção do socialismo e da defesa da soberania junto a milícia Bolivariana. Nesta lei, os conselhos passam a articular-se a outras unidades maiores chamadas comunas e estas, por sua vez, serão a base das cidades socialistas, uma reorganização territorial não contemplada pela Constituição Bolivariana em voga na época e que, ao ser apresentada pelo presidente ao referendo de 2007, foi rechaçada pelo povo.

Em síntese, os conselhos comunais têm se transformado em instancias quase estatais para a planificação e gestão pública, assim como potenciais unidades socioprodutivas e de apoio a milícia Bolivariana. Essa relação instrumental que o executivo central criou com os conselhos comunais, onde estes são coagidos a militarem em prol do partido do governo se tornou um obstáculo quanto as aquisições de recurso, pois dificulta aceitar recursos de uma prefeitura ou governo do estado de oposição ao executivo central, pois haverá retaliação.

Daí vem a dualidade funcional dos conselhos: para o regimento interno os conselhos tem a função de distribuir recursos e executar políticas públicas sendo este administrado e formado por membros da comunidade que se voluntariam a função; no entanto, sob o véu da distribuição de recursos ideal está o preço que a comunidade e os conselhos devem pagar para terem seus projetos executados: sempre se dispor em favor do partido e do executivo central e milita durante períodos eleitorais principalmente,

aqueles conselhos que se levantam em prol do governo, recebe mais recursos e tem seus projetos aprovados com mais rapidez e menos burocracia, já aqueles conselhos que dispõem a negar a atividade militante e ainda tenta negociar com governos locais de oposição são podados por todos os lados pelo executivo central como penalidade.

Através das entrevistas de López Maya, pude identificar nas falas dos membros que mesmo com as dificuldades e as ameaças do PSUV eles conseguem de alguma forma executar os projetos e melhorar a qualidade de vida da sua comunidade e, mesmo não sendo remunerados por isso, se sentem satisfeitos em ver como seus esforços valeram a pena, que as vidas de famílias inteiras (sic) estão sob a responsabilidade desses voluntários e que eles devem zelar pelo seu bem estar.

Eu fiquei intrigada em saber como era a atuação desses conselhos em resultados quantitativos, tanto em relação à melhoria da qualidade de vida da comunidade como em relação à efetividade da militância. Fui à busca de bancos de dados como CEPAL, Banco Mundial, latino barômetro (uma fonte extremamente criticada por Chávez, talvez por expor dados que não condizem com aqueles que ele costuma usar em seus discursos, aliás, esses dados não existem em lugar nenhum que não seja em suas falas) e o Banco Central da Venezuela.

Este último pode ter sim sua veracidade questionada, visto que gira em torno também do apoio e sustentação do governo carismático, no entanto, em comparação às outras fontes supracitadas, os números não parecem divergir, no próximo tópico farei uma análise dos dados angariados nessa pesquisa em relação ao papel dos conselhos comunais, usarei índices socioeconômicos para demonstração.

### **3.1 Análises de dados estatísticos.**

Em dezembro de 2017, participei do congresso ALAS, em Montevideu. Nesse congresso pude conhecer pesquisadores de toda a América Latina, inclusive da Venezuela. Eu comecei a conversar com um dos pesquisadores venezuelanos que conheci e o questionei se aceitaria ser entrevistado, já que foi preciso suprimir o trabalho de campo nos Conselhos Comunais por questões políticas, porém ele negou e explicou que não era algo pessoal, disse que se fosse em outros tempos seria até prazeroso contar o que vive lá e o que sabe sobre conselhos, mas reiterou que nos tempos atuais “até mesmo falar seu nome completo é perigoso”.

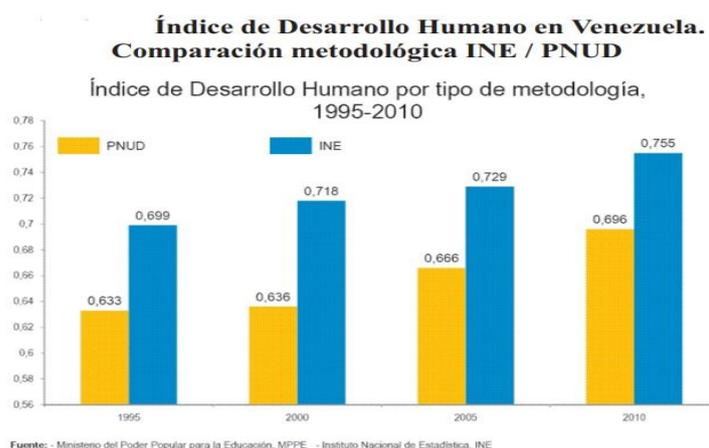
Obviamente, o compreendi, afinal a situação atual da Venezuela envolve perseguições e uma luta armada por não se sabe mais o quê: sobrevivência, alimento,

política... No entanto, algo que ele disse levantou questões importantes para este trabalho e me fez buscar dados que corroborasse esta afirmação: “os conselhos melhoraram, sim, a qualidade de vida das pessoas, mas poderia ter sido muito mais se não fosse pela corrupção e a militância”.

Como dito anteriormente, a CEPAL, o Latino Barômetro, o Banco Mundial e o Banco Central da Venezuela, foram minhas fontes estatísticas e os critérios de análise foram relacionados à renda, educação, impostos, satisfação com a democracia, desemprego e nível de pobreza da população. A análise se seguirá nessa ordem supracitada, apenas para manter certa organização, obedecendo ao recorte histórico alvo dessa dissertação e no final apresentarei um balanço das análises.

Durante a leitura dos artigos, me deparei com um texto de Rincón Soto sobre o desenvolvimento humano na Venezuela, onde ele fazia um comparativo entre os indicadores de desenvolvimento humano fornecidos pelo PNUD<sup>12</sup> e os indicadores fornecidos pelo INE<sup>13</sup> e demonstrava o desencontro dos dados, pois enquanto o PNUD mostrava índices mais baixos, o INE mostrava índices extremamente otimistas. No entanto, é possível perceber que, ainda que o IDH não estivesse alto como o INE afirmava, o PNUD comprovou que houve melhora no IDH venezuelano que de 0.633 em 1995 (período anterior ao governo Chávez) passou para 0.696 em 2010.

**Figura 4 – Comparação dos índices de desenvolvimento humano.**



FONTE: RINCÓN, Soto. 2013. p. 117

<sup>12</sup> PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - órgão da ONU que estuda todo tipo de ação voltada ao desenvolvimento humano.

<sup>13</sup> INE: Instituto Nacional de Estadística, órgão de pesquisa venezuelano. Faria o mesmo papel que o IBGE aqui no Brasil.

Esse foi um problema que encontrei durante a pesquisa: a não conformação dos dados fornecidos pelo governo com o que se encontrava através de outros órgãos estatísticos. As informações a respeito do governo, economia, política e desenvolvimento social do país são extremamente regulados e o acesso aos dados, atualmente, se encontra dificultado devido ao momento crítico em que o país se encontra. Por isso, recorri a dados fundamentados em pesquisas anteriores, além de recorrer aos dados fornecidos pelos órgãos já citados acima, para que eu pudesse minimizar o quanto possível o alcance e o estudo de dados equivocados.

### 1. PERCEPÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA DE ACORDO COM A POPULAÇÃO VENEZUELANA

A primeira tabela foi retirada do banco de dados do Latino Barômetro e representa a opinião da amostra quanto ao nível de justiça ou injustiça na distribuição de renda. Lembrando que os conselhos não se responsabilizam por distribuição de renda, esse é um papel exclusivo do Governo, no entanto é a má ou boa distribuição de renda que indicará maior ou menor necessidade da ação dos conselhos.

Podemos perceber que entre 2007 e 2013 a maioria da amostra considerava a distribuição de renda injusta, uma média de 38% dos entrevistados ao longo desses anos (mesmo com um hiato em 2008 e 2012) está insatisfeita com a distribuição de renda na Venezuela. E, curiosamente, o índice de pessoas que considera a distribuição muito justa diminui ao longo dos anos, especialmente em 2009 quando a queda é mais brusca e pode ser explicada pela crise mundial do petróleo que atinge incisivamente a Venezuela, uma vez que sua economia depende prioritariamente da extração petrolífera.

	Venezuela				
	2007	2009	2010	2011	2013
Es justa la distribución del ingreso					
Muy justa	18%	3%	6%	4%	9%
Justa	37%	28%	32%	27%	34%
Injusta	31%	41%	39%	47%	32%
Muy injusta	10%	21%	18%	16%	22%
No contesta	1%	2%	1%	1%	0%
No sabe	3%	5%	3%	5%	2%
(N)	1.200	1.200	1.200	1.200	1.200

FONTE: Latino Barômetro, 2017.

## 2. EDUCAÇÃO

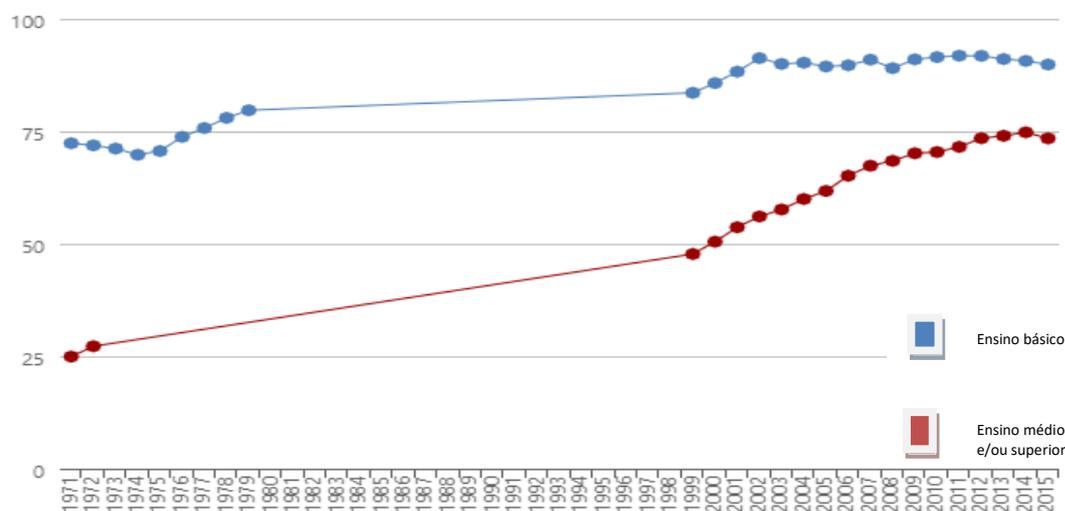
O gráfico a seguir demonstra os índices educacionais na Venezuela, onde a curva azul indica a porcentagem de indivíduos que possuem primeiro grau completo e, a curva vermelha, a porcentagem de pessoas que possuem o segundo grau completo.

Percebe-se que a maior parte da população possui o primeiro grau completo, mas esse índice aumenta com a mudança dos governos. Em meados do século XX há um aumento considerável na quantidade de indivíduos com o segundo grau completo: entre 1973 e 1999 há um increase de 25% para quase 50% (menos de 1%/ano), no entanto durante o Governo Chávez, o índice sobe de 50% para 75% num espaço de apenas 13 anos (aproximadamente, um aumento de 1,92%/ano).

Podemos atribuir esse crescimento, consideravelmente rápido, às missões e consequentemente aos conselhos comunais que foram atores muito ativos para que a Educação tivesse maior alcance. E, pensando na porcentagem de indivíduos que possuem o primeiro grau completo, os governos que precedem a era Chávez conseguiram aumentar uma média de 10% no índice, entre 1971 e 1999 (um aumento médio de 0.36%/ano) e no Governo Chávez houve quase o dobro desse aumento num período significativamente menor.

A conclusão que se pode ter a esse respeito é de que as políticas públicas educacionais durante o governo Chávez foram muito mais incisivas e eficientes do que em 7 mandatos anteriores e grande parte dessa eficiência se deve a atuação das missões e dos conselhos comunais, obviamente em consonância com programas específicos do ministério da educação.

### Níveis de educação na Venezuela



Fonte: Banco Mundial, 2017.

### 3. PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO ACERCA DOS IMPOSTOS.

A seguir uma análise retirada do banco de dados do latino barômetro de 2011, onde o alvo da pesquisa era saber o que as pessoas pensam sobre os impostos cobrados no país. Chávez costuma dizer em seus discursos que os regimes neoliberais são grandes cobradores de impostos e que tudo que querem é “sugar o dinheiro do povo” e que esses impostos não são cobrados com o mesmo afinco das grandes empresas. Não que ele esteja totalmente errado, mas as coisas não são assim tão radicais e a alta cobrança de impostos não é algo exclusivo dos regimes neoliberais.

A partir dos dados fornecidos podemos concluir que 45,3% da amostra considera os impostos cobrados pelo Governo como altos ou muito altos; 35,6% considera os impostos baixos, muito baixos ou acham que está bom como está e 19% não sabe ou não contesta. Sabendo da atuação do governo quanto a esse levantamento de dados estatísticos, aqueles que contestaram a cobrança podem ser considerados “corajosos” por esboçarem a opinião ainda que possam ser retaliados (de acordo com o latino barômetro<sup>14</sup>, quando a amostra foi questionada se gostou das perguntas sobre política, em média 83% responderam que NÃO); já aqueles que não sabem ou não contestam, podem ser analisados como uma mescla de dois grupos: o grupo dos indivíduos apáticos em relação à política e o grupo dos indivíduos que preferem abster-se da opinião para não correr o risco de sofrer algum tipo de retaliação do governo.

Se seguirmos a lógica da política perfeita, impostos devem ser devolvidos em ser devolvidos para a população em forma de serviços básicos coerentes em qualidade com o valor dos impostos: impostos altos significariam serviços públicos excelentes, No entanto, sabendo que muitas vezes os conselhos comunais não recebiam verba para executar projetos ou recebiam uma quantidade muito inferior ao necessário para a execução e sabendo também que os serviços públicos oferecidos são insuficientes, para onde estaria sendo direcionada toda essa arrecadação<sup>15</sup>?

De acordo com os entrevistados por M.L. Maya, a arrecadação e repasse acabam prejudicados pela corrupção política, pelo mau planejamento econômico e pela má gestão dos recursos, o que, conseqüentemente, prejudica o acesso aos serviços e recursos pela população, mesmo com a atuação dos conselhos comunais.

---

<sup>14</sup>Vide tabela (figura 3) nos anexos

<sup>15</sup>Em anexo, segue um relatório do banco central da Venezuela com toda arrecadação dos anos de 2007 e 2012 de acordo com o tipo de serviço.

Los impuestos que se pagan en país son...	Nº de casos	%/Total
Muy altos	183	15,3%
Altos	360	30,0%
Bajos	176	14,6%
Muy bajos	54	4,5%
Están bien como están	198	16,5%
No contesta	124	10,3%
No sabe	105	8,7%
(N)	(1.200)	100%

*Muestras seleccionadas: Venezuela (1200)*

FONTE: Latino Barômetro, 2017.

#### 4. SATISFAÇÃO COM A DEMOCRACIA

Pelo que podemos analisar na tabela abaixo fornecida pelo latino barômetro, o índice de aprovação geral da democracia no Governo Chávez em 2011 é bem positivo: apenas 10,4% declararam insatisfação e o índice de abstenção não chega a 2%, porém o órgão de pesquisa permite que possamos compreender melhor o índice de aprovação e, dentre os critérios disponíveis, eu escolhi saber o índice de aprovação de acordo com a faixa etária da amostra.

Escolhi a idade devido ao fato de que, numa amostra mista, existe certo intervalo etário que engloba pessoas que presenciaram vários momentos políticos do país: viveram a idade adulta durante a ditadura de Pérez Jimenez, ou durante o pacto de Punto Fijo, ou durante a transição entre o fim do pacto para o governo Chávez e, ainda, aqueles que viveram a idade adulta somente no governo Chávez.

Primeiro demonstro no quadro abaixo a visão geral da amostra, sem dividi-la por idade, em relação a democracia e, em maioria as pessoas se mostra satisfeita (29,8%), mas há um número, quase empatado com a maioria, que se considera não muito satisfeito (29,4%):

Cual su nivel de satisfaccion con el funcionamiento de la democracia en Venezuela?	Nº de casos	%/Total
Muy satisfecho	346	28,9%
Más bien satisfecho	358	29,8%
No muy satisfecho	353	29,4%
Nada satisfecho	125	10,4%
No contesta	9	0,7%
No sabe	9	0,7%
(N)	(1.200)	100%

*Muestras seleccionadas: Venezuela (1200)*

FONTE: Latino Barômetro, 2017.

Já na tabela abaixo vê-se que a pesquisa foi separada por quatro faixas etárias. Utilizando o resultado positivo da tabela acima (muito satisfeito, satisfeito e não muito satisfeito) vemos que os indivíduos entre 16 e 25 anos são a maioria não muito satisfeita, estes viveram apenas a vida adulta durante o governo Chávez; os indivíduos entre 26 e 40 anos são os que estão, em maioria, satisfeitos com a democracia, parte desse grupo viveu a época de transição entre o Pacto de Punto Fijo e o governo Chávez; e aqueles muito satisfeitos são os indivíduos com mais de 60 anos que viveram a idade adulta desde a ditadura de Pérez Jimenez até o momento a que a pesquisa se refere. Os indivíduos pertencentes a faixa etária dos 41 aos 60 anos mantêm um índice equilibrado entre os três critérios já citados.

Encontram-se esses resultados, pois cada uma dessas faixas etárias possui um referencial político comparativo, os indivíduos mais jovens não possuem outro referencial que não seja o governo Chávez, pode-se dizer, talvez, que comparem com os processos democráticos de outros países através da mídia, mas eles viveram apenas um único processo democrático. Enquanto isso a faixa maior que 60 anos tem referenciais com níveis diferentes de democracia, desde a ausência desta até seu nível mais amplo até então vivido pelo país, durante o Bolivarianismo chavista, portanto é coerente que esses indivíduos estejam muito satisfeitos com a democracia e até mesmo com o governo.

Satisfacción con la democracia por edad.	Total	Edad del entrevistado			
		16-25	26-40	41-60	61 y más
Muy satisfecho	28,9%	25,0%	30,8%	28,4%	32,5%
Más bien satisfecho	29,8%	25,6%	33,9%	28,3%	30,0%
No muy satisfecho	29,4%	37,4%	26,6%	27,9%	24,2%
Nada satisfecho	10,4%	11,3%	7,4%	13,1%	11,7%
No contesta	0,7%	-	0,6%	1,1%	1,7%
No sabe	0,7%	0,8%	0,6%	1,1%	-
(N)	(1.200)	(300)	(432)	(336)	(132)

*Muestras seleccionadas: Venezuela*

FONTE: Latino Barômetro, 2017.

## 5. DESEMPREGO E NIVEL DE POBREZA DA POPULAÇÃO

Abaixo, a tabela com dados extraídos do banco de dados da CEPAL. Reuni quatro índices socioeconômicos na mesma tabela, comparando-os no intervalo de 2007 a 2012.

O primeiro índice é o desemprego, que em 2007 estava em 8,4% ao ano, com uma queda significativa em 2008, pode-se justificá-la através das reformas implantadas desde o referendo de 2007. De 2009 para 2010 há um aumento brusco que pode ser explicado pela crise do petróleo em 2009 e pela quantidade alta de demissões pela PDVSA decorrente da crise; e a partir de 2011 uma queda lenta e progressiva mostrando a recuperação em mesma velocidade da economia e, principalmente, do setor petrolífero.

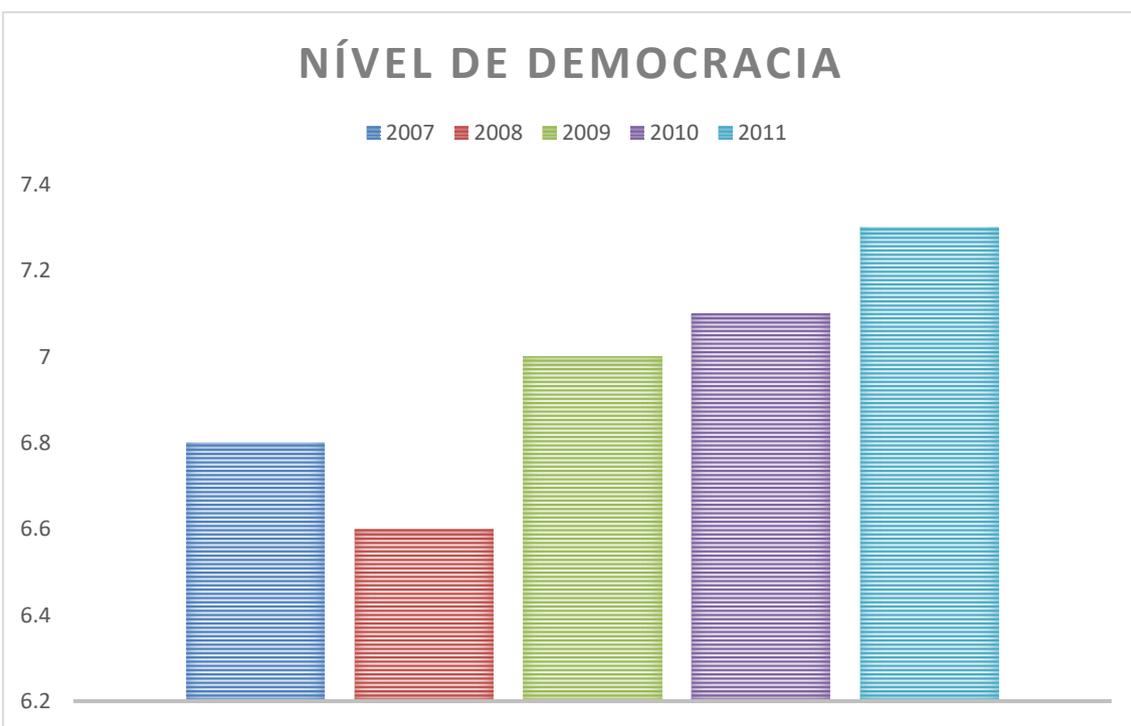
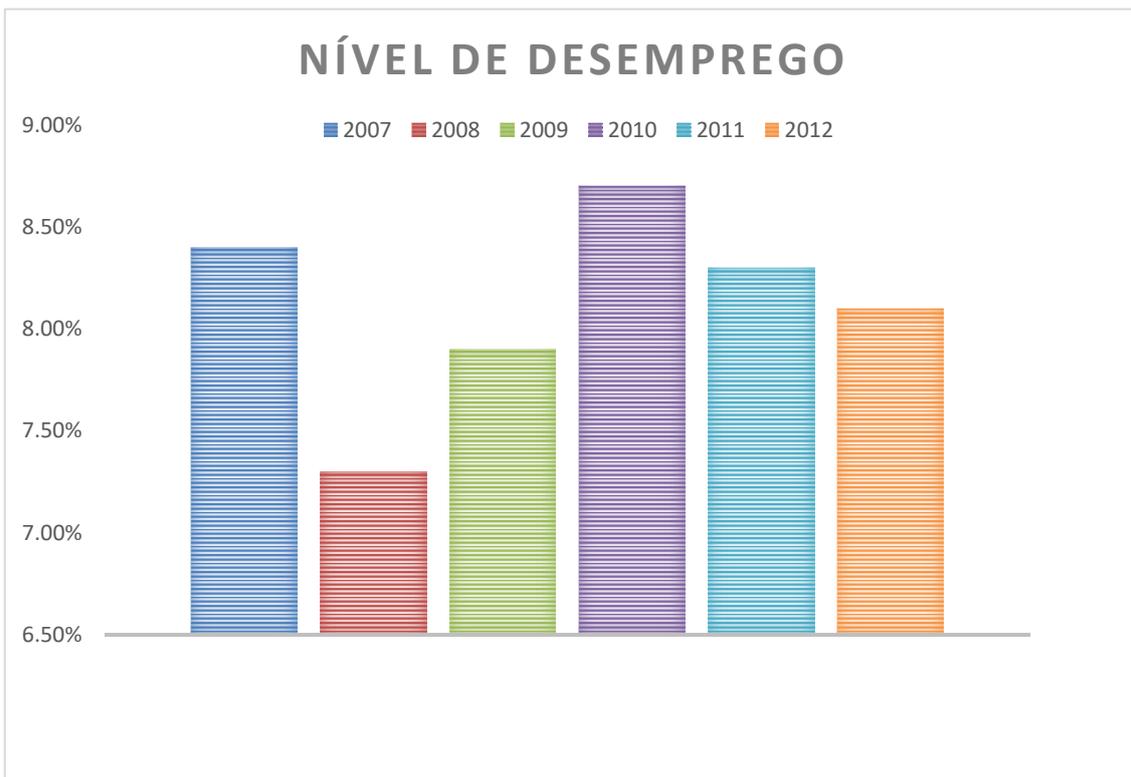
As linhas de indigência e pobreza, aqui, estão definidas por uma quantia em dólares por mês: todas as pessoas que vivem com essa quantia ou menos estão incluídas nas linhas de pobreza e/ou indigência. Vemos que do ano de 2009 para 2010 há um salto no valor da quantia, também justificado pela crise do petróleo, pelo simples fato de o setor ser a principal fonte monetária do país e, conseqüentemente, ser a maior fonte de empregos.

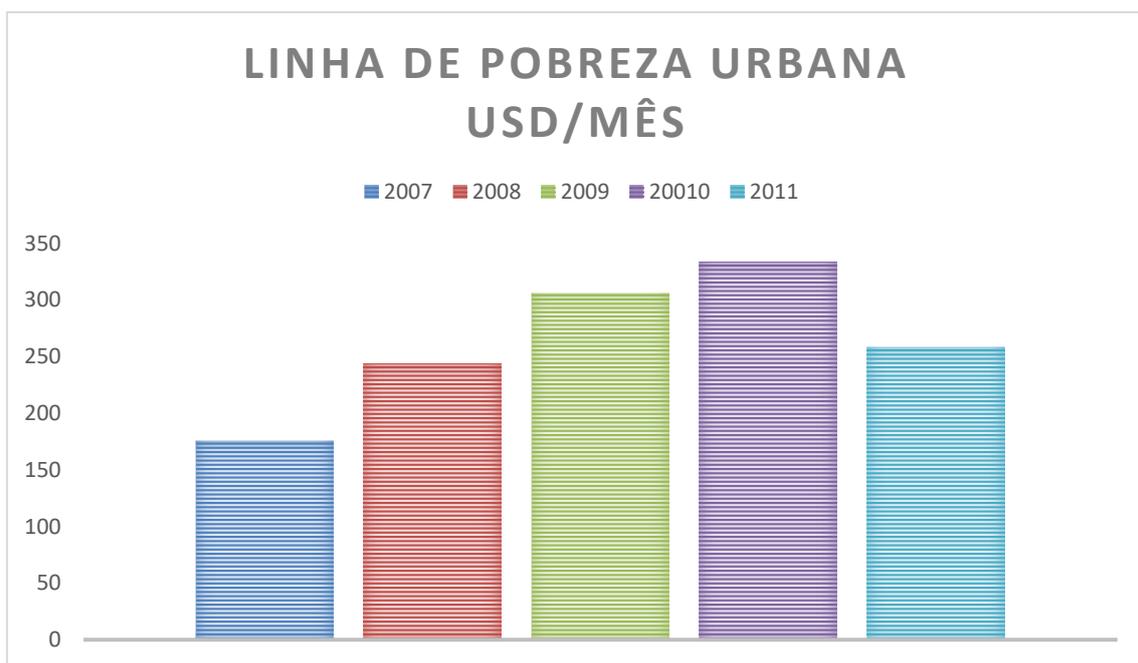
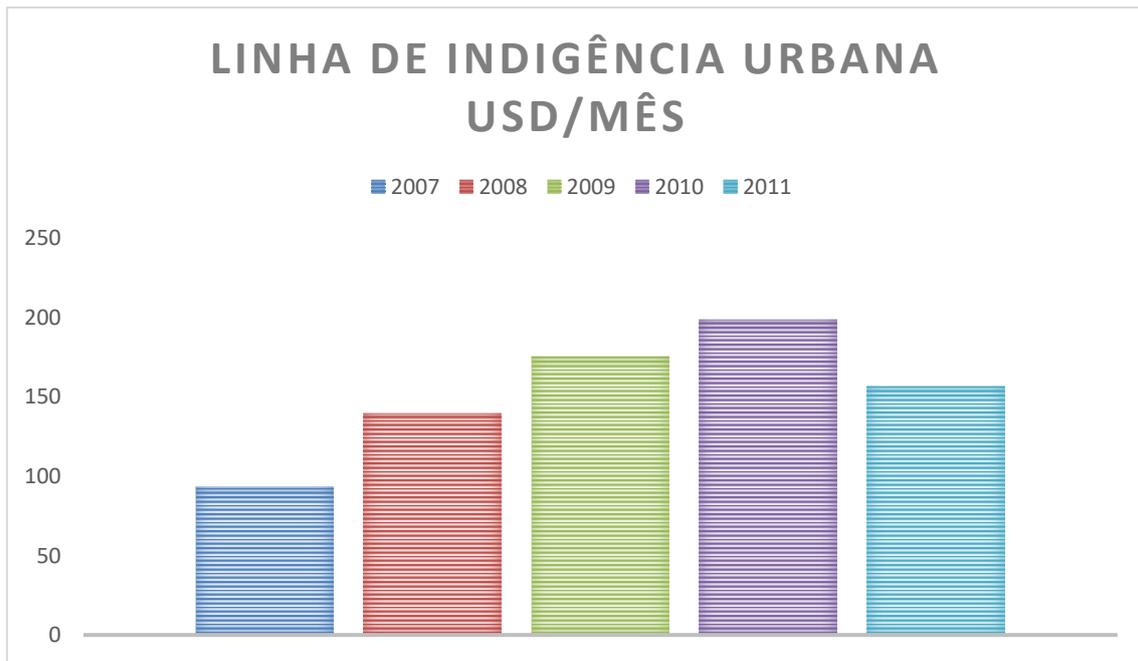
Enquanto ao nível da democracia pesquisado pela CEPAL, onde 0 seria nada democrático e 10 seria perfeitamente democrático, temos um resultado compatível com o apresentado pelo latino barômetro: níveis acima da média indicando satisfação com o regime democrático e seu funcionamento.

O período de 2009 para 2010 também foi o mais delicado para os conselhos comunais, pois se a maior fonte de renda de um país entra em colapso devido a uma crise mundial, é de se esperar que os recursos sejam cortados ou limitados para alguns setores até que haja um plano de recuperação econômica. As entrevistas dessa época, feita por López Maya corroboram para tal análise.

<b>Índice socioeconômicos</b>	<b>ANO</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
<b>Desemprego (%/ano)</b>		8.4	7.3	7.9	8.7	8.3	8.1
<b>Linha de Indigência urbana (USD/MES)</b>		93.3	139.7	175.5	198.6	156.9	----
<b>Linha de Pobreza urbana (USD/MES)</b>		175.3	243.3	305.5	333.0	258.1	----
<b>Nível de democracia (0 a 10)</b>		6.8	6.6	7.0	7.1	7,3	---

Fonte: CEPAL, 2017. - Elaboração própria.

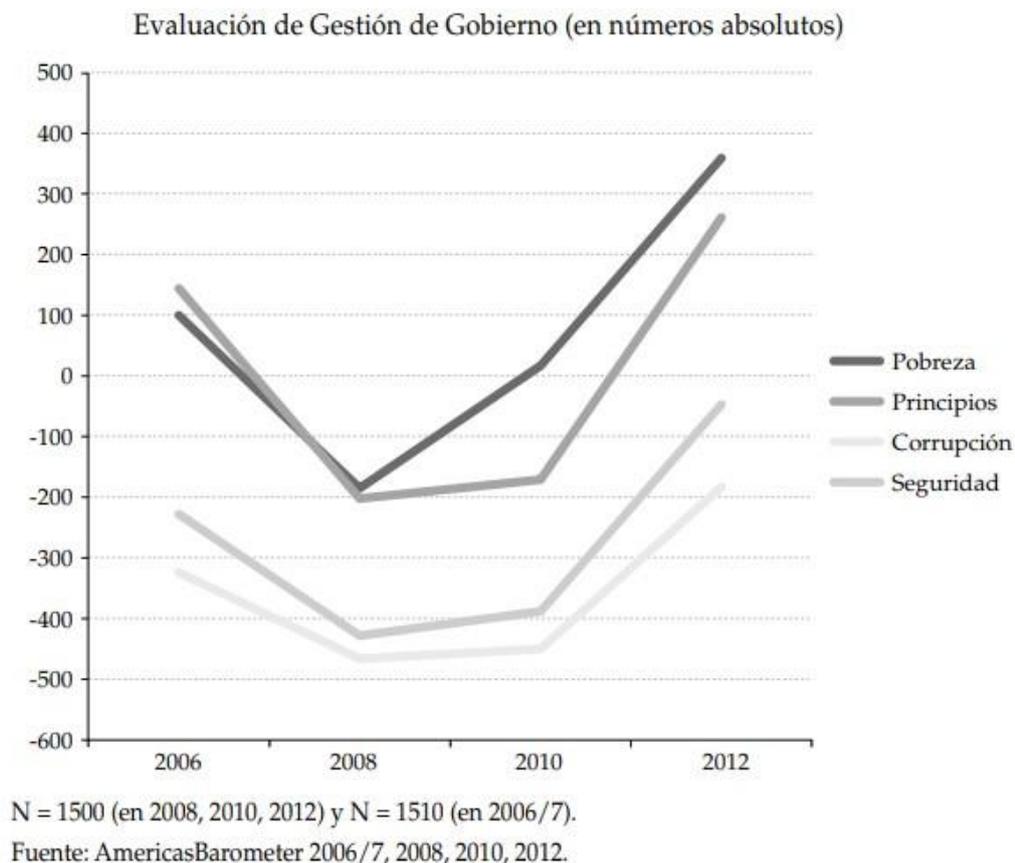




Existe ainda, dois outros dados referenciados em Cyr (2013) e Levine; Molina (2012) que indicam, respectivamente a avaliação do governo Chávez demonstrado em números absolutos entre os anos de 2006 e 2012 de acordo com a manutenção dos níveis de pobreza, princípios democráticos, corrupção e segurança (que o governo transmite a população); e a qualidade da decisão política com base nos níveis de direitos políticos, recursos cognitivos e nível de liberdade de imprensa. Esses dados são formas

de ilustração para a atuação do Governo dentro do país obedecendo os critérios supracitados.

O Primeirográfico a que me refiro é o de avaliação do governo em quatro níveis entre os anos de 2006 e 2012:



FONTE: American Barometer in: CYR, J.; p. 383, 2013.

De acordo com o gráfico é possível perceber um declínio das variáveis até 2008 e seu aumento a partir de então. A pobreza aumenta muito a partir de 2008 devido à crise do petróleo e às inúmeras demissões decorrentes desta na PDVSA, assim como a sensação de corrupção decorrente desse momento de crise, porém o governo continua sendo avaliado como democrático e seguro, pois há ali a figura de um líder que pode garantir isso ao povo, ainda que muito mais em seus discursos do que em suas ações.

CUADRO II  
CALIDAD DE LA DECISIÓN ELECTORAL

País	Nivel de derechos políticos <sup>(a)</sup>	Recursos cognitivos <sup>(b)</sup>	Nivel de libertad de prensa <sup>(c)</sup>	Calidad de la decisión electoral
Venezuela 2005	50	74	28	50,7
Venezuela 2010	33,3	83	24	46,8

a) Derechos políticos según la puntuación de *Freedom House*. Los informes que reportamos son los publicados en 2006 y 2011, los cuales analizan 2005 y 2010 respectivamente. *Freedom House* utiliza una escala de 1 (máximo nivel en derechos políticos) a 7 (total ausencia de derechos políticos democráticos). Para hacer esta escala comparable a la utilizada para el resto de los indicadores, se convirtió en una escala del 0 al 100 utilizando el siguiente procedimiento: se invierte la escala de *Freedom House* para que vaya de menos a más, de modo que el 7 se hace 1, el 6 deviene 2 y así sucesivamente. Luego se resta uno de cada puntuación, de modo que los países queden con puntuación del 0 al 6, y esta escala se lleva proporcionalmente a una escala del 0 al 100.

b) Recursos cognitivos: para determinar el grado en que la población comparte con igualdad un nivel adecuado de recursos cognitivos, se utilizó la tasa de registro en educación secundaria (el número de registrados como porcentaje de la población en edad para educación secundaria) según los datos de UNESCO. *Institute for Statistics*. «Enrolments level by ISCED Levels, 2012». <http://stats.uis.unesco.org/unesco/TableViewer/tableView.aspx?ReportId=182>.

c) La puntuación está tomada de *Freedom House Index of Press Freedom*: el Índice de Libertad de Prensa de Freedom House da a cada país una puntuación que va de 0 (máximo) a 100 (ausencia total de libertad de prensa). Para ajustarlo a la escala de nuestro índice de modo que vaya de menos a más, se invirtió la puntuación de *Freedom House* (<http://www.freedomhouse.org/report/freedom-press/2011/venezuela>).

FONTE: Freedom House, 2011 in: LEVINE, D.; MOLINA, J.H. p.162, 2012.

Ainda que o gráfico anterior nos dê a informação de que o povo se sente seguro mediante o governo Bolivariano e o julgue muito democrático, a tabela acima nos dá outra perspectiva do assunto onde tem-se um governo investindo mais em recursos cognitivos, indicando uma propaganda mais intensa do governo enquanto há uma queda significativa em dois quesitos fundamentais para o bom funcionamento de uma democracia que são os níveis de direitos políticos e de liberdade de imprensa.

Entre 2005 e 2010 os níveis de direitos políticos e de liberdade de imprensa caíram significativamente enquanto os recursos cognitivos estão em escala crescente, pois a medida em que o governo restringe esses direitos, a população manifesta descontentamento exigindo das lideranças uma justificativa, esta vem através de propagandas intensas das 'boas ações' do governo. Cercear os direitos supracitados é uma forma de restringir a democracia e ferir os princípios democráticos aos quais o gráfico anterior nos mostrou como crescentes.

A comparação desses dois dados nos mostra que a percepção que o povo tem do governo diverge da real atuação do mesmo, pois o governo usa de ferramentas como os discursos e as propagandas para dar ao povo as informações que eles julgam favoráveis à imagem do bolivarianismo. Usar os conselhos como mapeamento de preferências é um desses instrumentos, pois permite ao governo saber como cada região enxerga sua

atuação e como deverá agir para reverter ou minimizar sua imagem em cada caso de rejeição.

Acerca desses dados, com todas as informações que eles nos fornecem para além dos números, podemos notar primeiro que os discursos de Chávez durante seu governo eram recheados de dados forjados pelo ministério da felicidade, para convencer o povo de suas benfeitorias e heroísmos, dados esses que não são acessíveis publicamente, traduzidos por medidores não divulgados do próprio ministério.

Todos os dados fornecem resultados consonantes, que convergem para os mesmos vértices: todos contradizem as propagandas e discursos do governo, todos mostram porque sempre foram alvo das críticas de Hugo Chávez, de acusações como traição, calúnia, golpe, etc. Esses dados, incluindo os opinativos, mostram a imperfeição do Governo: as falhas, a corrupção travestida de salvação; as pesquisas mostram que o Governo Bolivariano nada mais é do que um Governo como todos os outros, sem nenhum heroísmo, construído por pessoas que tiveram seu caráter posto à prova pelo poder que nelas foi investido, assim como dezenas de governos que vemos ao redor do mundo.

Os dados mostram também que o bolivarianismo, apesar de ser um método “recicladamente” novo de se dirigir um país, com o Socialismo do Século XXI, a ampliação da participação, as missões, os conselhos comunais e por fim as comunas; estava sempre se equilibrando na corda bamba do Carisma, seu bom funcionamento dependia, muitas vezes, mais da crença no líder do que dos processos decisórios.

Chávez soube contornar a situação nas vezes em que a crença em si estava abalada, buscava reformas, plebiscitos, tudo para saber o que o povo queria e qual estratégia seria criada para revitalizar sua credibilidade. Talvez seja por isso que até hoje ele é exaltado e saudado de muitas formas e em muitos níveis: deixou o povo venezuelano “a La Vargas”, sendo carregado pela multidão que arrecadou ao longo de 13 anos de governo.

## Considerações Finais

Um governo sem crise é um governo fácil de confiar. Quando se tem a ameaça de recessão, crise econômica e qualquer problema tão abrasivo, um governo que consiga contorná-los é visto como salvação. É fácil governar quando os problemas do país são sempre causados por um “inimigo mortal” que sempre acaba derrotado pelo “Presidente Herói”. Chávez moveu multidões e até hoje é adorado por sua “grande liderança”.

A criação dos conselhos comunais traz consigo um significado muito maior do que apenas um vetor de execução de demandas, ela consagra o poder prometido ao povo em 1999. Chávez entende que se esses conselhos estiverem sob sua supervisão direta, ele terá ali um poderoso instrumento de articulação política, principalmente em épocas de eleições ou referendos, sabendo que a oposição se ascendia exponencialmente.

Era a ferramenta ideal de renovação da sua credibilidade: se os conselhos comunais tivessem alguma ligação positiva com o partido da presidência, seus projetos eram aprovados com mais rapidez e os recursos eram liberados quase que integralmente, assim os projetos seriam executados e a comunidade estaria satisfeita e mais propensa a manter o apoio ao PSUV. Quando um conselho comunal buscava recursos em prefeituras ou governos estaduais de oposição, seus projetos não eram aprovados e os recursos do executivo central seriam cortados.

Dessa forma Chávez sabia exatamente onde e como agir para angariar apoio, que quase não era voluntário, mas coercitivo e chantageado. Entretanto essa campanha para a ampliação da participação fez com que os indivíduos se identificassem cada vez mais com a sua comunidade; aqueles que se voluntariavam a trabalhar pelos conselhos, o faziam pelo bem da comunidade, entendiam a responsabilidade que possuíam e, na maioria das vezes, faziam bom uso dela.

Eram assíduos ainda que não fossem grande número, sabiam que os projetos fariam muito mais do que melhorar a qualidade de vida daquela comunidade, gerariam empregos que conseguiriam aquecer a economia ainda que não intensamente, abriria espaço para novas possibilidades para aqueles trabalhadores.

Essa nova geometria de poder permitiu que cada comunidade recebesse os recursos que precisassem, na quantidade que precisassem, organizou uma distribuição mais justa, ainda que dependente de preferências políticas. Os conselhos enquanto estrutura institucional são uma grande chance de exercer a justiça distributiva, de organizar a distribuição de recursos analisando cada necessidade e não distribuí-los em

formas iguais, pois assim estes não seriam aproveitados com a devida eficiência: Não adianta construir uma creche em cada comunidade, sendo que algumas delas carecem de unidades de atendimento à saúde, outras precisam de água tratada, outras de rede elétrica, etc.

Em teoria os conselhos comunais seriam o instrumento distributivo perfeito se não houvesse o controle de preferências anexado discretamente a eles. Este último age como um obstáculo para a distribuição de recursos, pois limita as fontes permitidas e culmina em situações onde a própria comunidade financia a execução de um projeto.

Usar dos conselhos comunais para exercer controle de preferência é extremamente cômodo para o governo, especialmente no momento em que sua popularidade parece fraca e ameaçada, pois se tornava cada vez mais difícil mascarar a crise que ali se instalou. A cada dia havia menos recursos para o repasse dos conselhos, principalmente, devido à crise do petróleo que afetou diretamente a Venezuela, pois basicamente todo dinheiro do país provinha da PDVSA e, se o barril do petróleo perdia valor no mercado internacional, significava que os rendimentos do país também seriam perdidos e, conseqüentemente, sua renda estaria em declínio, fazendo com que houvesse cada vez menos recursos para investir na estrutura do país.

Se havia então menos recursos para serem repassados e investidos, o governo deveria ou assumir a crise, conter gastos e criar programas de recuperação da economia; ou tentar maquiagem a crise, para conter os efeitos que isso teria na popularidade do governo, e investir pesado em relação à parte da população que, na melhor das hipóteses, lhe apoiaria durante as eleições. Chávez escolheu a segunda opção, pois ceder aos discursos da oposição que o acusava pelos altos impostos, pelos mercais cada vez mais deficientes de produtos de primeira necessidade e os vales-alimentação cada vez mais controlados, pelo alto índice desemprego, pelo aumento dos índices de fome, pobreza e indignação, etc., seria se entregar à derrota e perde súbita ou gradativamente seu poder.

O que Chávez menos queria perder era seu poder, pois era isso que lhe importava mais. Hugo Chávez não estava mais na presidência para representar o povo, mas para exercer o poder que possuía da maneira mais ampla que pudesse, por isso com o tempo foi fragmentando cada vez mais o Estado e criando mais leis que lhe garantissem poder, como a Lei Habilitante e a Lei de reeleição, que permitia ao mesmo presidente se recandidatar quantas vezes quisesse e, se eleito, exercer os dois mandatos de cinco anos previstos para cada gestão.

O Governo não tinha recursos suficientes para atender às demandas de todos os conselhos comunais do país e precisava realizar projetos que mostrassem exatamente o contrário do discurso oposicionista: que não havia corrupção, nem crise e que o governo poderia atender as necessidades de seu povo. Só que antes disso, Chávez precisava saber quanto dos eleitores venezuelanos estariam a favor ou contra o governo e é a partir daí que os conselhos passam a ser instrumento de mapeamento de preferências.

No momento em que, por falta de recursos oriundos do executivo, um conselho comunal solicitasse ou utilizasse recursos provenientes de alguma instância oposta ao bolivarianismo, este conselho passava a ser alvo de retaliações do governo, com vetos em projetos, não liberação de verba, etc., pois o governo queria que a população pensasse que se havia algum problema no país, a oposição era a culpada.

Por outro lado, aqueles que se envolviam em trabalhar com os conselhos comunais sabiam como tudo funcionava: sabiam que se recorressem ao dinheiro de uma instância de oposição, teriam os próximos projetos vetados pelo governo; sabiam também que o governo não tinha recursos suficientes para atender às demandas e estava priorizando as áreas com maior número de eleitores de Chávez, sabiam que se recusassem a fazer parte da militância do governo também seriam retaliados, afinal os conselhos comunais eram órgãos submetidos diretamente ao poder executivo, não havia uma instância intermediária que pudessem recorrer, além de tudo isso, os conselhos sofriam com a má gestão de seus comitês e a corrupção de recursos.

Por isso, diversas vezes os integrantes do conselho recorriam a recursos próprios, levantavam o dinheiro através de ações afirmativas que pudessem ajudar, revertiam o lucro de algumas produções rurais em recursos para execução de projetos, tudo para que as demandas da região fossem atendidas. Quando começaram, os conselhos possuíam uma boa média de adesão de voluntários da área que participavam das assembleias e colaboravam com o necessário na medida do possível, porém com esses problemas de transferência de recursos e com a corrupção, a população local foi se afastando cada vez mais dos conselhos. Em compensação, aqueles que permaneceram assíduos, continuaram seu trabalho, muitas vezes voluntário, com o propósito único do bem comum, pois nada ganhavam executando o trabalho.

Mesmo com a função “oculta” de mapeamento de preferências políticas, os conselhos comunais conseguiam exercer seu papel fundamental de ser um vetor na justiça distributiva dos recursos, ainda que não em todo seu potencial. Se não houvesse nenhum mínimo sucesso dessas instituições, elas já estariam falidas e em remissão,

porém o número de conselhos tem aumentado desde que a lei foi promulgada, e, ainda, muitos conselhos se uniram em comunas para que o trabalho pudesse ser ampliado e melhor executado.

Para Chávez, e para o governo Bolivariano, o número de conselhos comunais era mais importante do que seu nível de eficiência, pois o fator quantidade faria uma propaganda mais visível do que o fator qualidade: para Chávez, o povo daria mais valor a mil conselhos fundados, mesmo que em mau ou nenhum funcionamento, do que a um único conselho com excelência de execução de demandas.

Esse também foi um fator colaborador para a defasagem do funcionamento dos conselhos: existia um grande número de conselhos comunais, porém boa parte deles não era suficientemente eficiente ou não funcionava. Pelo total de conselhos existentes, a quantidade de demandas sociais atendidas deveria ser superior a quantidade de demandas ainda existentes. Embora a eficiência de trabalho dos conselhos não fosse total, estes funcionaram (e ainda funcionam) para o fim ao qual foram criados, ainda que funcionassem melhor para o fim subjetivo da articulação e mapeamento político.

Assim, como toda instituição pública, os conselhos comunais possuem problemas profundos de gestão e administração, assim como o Governo Chávez possuía e deixou de herança para o Governo Maduro que, por sua vez, não tendo o conhecimento dos instrumentos para uma dominação carismática como Chávez possuía, não conseguiu mascarar os efeitos da sequência de crises pela qual o país passava e hoje vive entre coagir movimentos sociais e controlar a entrada e saída de pessoas do país.

Talvez no futuro essa instituição seja reformada em seu estatuto ou mesmo ampliada em suas funções, pois possui enorme potencial de sucesso, sem dúvidas, porém tudo depende de como será gerida e de como (e se) será fiscalizada; não para checar a preferência política das localidades em que está envolvida, mas para garantir seu bom funcionamento, minimizando ações corruptas e quaisquer problemas que possa vir a ter ao longo da gestão. É fundamental priorizar o bem-estar social em detrimento do poder que um governo possui, pois num governo em que a ampliação da participação do povo é o objetivo principal e o seu bem-estar é assegurado, o poder daquele governo também estará.

## Anexo 1

**Producto interno bruto  
Por clase de actividad económica  
A precios constantes de 1997  
(Miles de Bolívars)**

Actividades	2007							
	Año	2do.sem.	IV Trim	Ene./Sept.	III Trim	Ier.sem.	II Trim	I Trim
<b>Consolidado</b>	<b>55.591.059</b>	<b>29.642.197</b>	<b>15.367.103</b>	<b>40.223.956</b>	<b>14.275.094</b>	<b>25.948.862</b>	<b>13.428.204</b>	<b>12.520.658</b>
Actividad petrolera	6.870.686	3.499.078	1.773.613	5.097.073	1.725.465	3.371.608	1.688.928	1.682.680
Actividad no petrolera	42.213.445	22.585.905	11.701.105	30.512.340	10.884.800	19.627.540	10.223.380	9.404.160
Minería	360.155	195.836	102.140	258.015	93.696	164.319	84.942	79.377
Manufactura	8.834.304	4.563.370	2.223.531	6.610.773	2.339.839	4.270.934	2.238.416	2.032.518
Electricidad y agua	1.222.291	621.160	305.796	916.495	315.364	601.131	308.277	292.654
Construcción	3.916.526	2.114.499	1.111.281	2.805.245	1.003.218	1.802.027	992.785	809.242
Comercio y servicios de reparación	5.873.805	3.307.080	1.726.835	4.146.970	1.580.245	2.566.725	1.319.871	1.246.854
Transporte y almacenamiento	2.107.634	1.186.624	625.914	1.481.720	560.710	921.010	486.588	434.422
Comunicaciones	2.418.808	1.272.909	667.535	1.751.273	605.374	1.145.899	549.767	596.132
Instituciones financieras y seguros	2.692.568	1.361.198	695.609	1.996.959	665.589	1.331.370	668.498	662.872
Servicios inmobiliarios, empresariales y de alquiler	5.476.472	2.800.925	1.405.672	4.070.800	1.395.253	2.675.547	1.348.848	1.326.699
Serv. comunitarios, soc. y personales y produc. de serv. priv. no lucrativos	2.903.370	1.602.137	831.432	2.071.938	770.705	1.301.233	668.613	632.620
Produc. servicios del Gobierno General	6.144.426	3.409.379	1.868.033	4.276.393	1.541.346	2.735.047	1.431.602	1.303.445
Resto 1/	3.314.822	1.712.265	936.017	2.378.805	776.248	1.602.557	867.905	734.652
Menos: Sifmi 2/	3.051.736	1.561.477	798.690	2.253.046	762.787	1.490.259	742.732	747.527
Impuestos netos sobre los productos	6.506.928	3.557.214	1.892.385	4.614.543	1.664.829	2.949.714	1.515.896	1.433.818

1/ Incluye: Agricultura privada, Restaurantes y hoteles privado y Actividades diversas públicas. 2/ Servicios de intermediación financiera medidos indirectamente.

**Notas:**

E: Expresados en la escala monetaria vigente a partir del 1 Enero de 2008.

Fuente: Banco Central de Venezuela.

Fonte: Banco Central da Venezuela

**Producto interno bruto  
Por clase de actividad económica  
A precios constantes de 1997  
(Miles de Bolívars)**

Actividades	2012 (*)							
	Año	2do.sem.	IV Trim	Ene./Sept.	III Trim	Ier.sem.	II Trim	I Trim
<b>Consolidado</b>	<b>61.409.103</b>	<b>32.361.757</b>	<b>16.717.032</b>	<b>44.692.071</b>	<b>15.644.725</b>	<b>29.047.346</b>	<b>15.036.834</b>	<b>14.010.512</b>
Actividad petrolera	6.682.723	3.323.020	1.673.952	5.008.771	1.649.068	3.359.703	1.720.366	1.639.337
Actividad no petrolera	47.648.385	25.208.930	12.999.046	34.649.319	12.209.884	22.439.435	11.699.250	10.740.185
Minería	261.225	135.069	66.455	194.770	68.614	126.156	64.047	62.109
Manufactura	8.555.504	4.383.376	2.137.920	6.417.584	2.245.456	4.172.128	2.140.779	2.031.349
Electricidad y agua	1.372.587	696.715	344.357	1.028.230	352.358	675.872	345.452	330.420
Construcción	4.907.082	2.721.603	1.397.590	3.509.492	1.324.013	2.185.479	1.261.921	923.558
Comercio y servicios de reparación	6.096.056	3.318.250	1.731.571	4.364.485	1.586.679	2.777.806	1.421.986	1.355.820
Transporte y almacenamiento	2.187.849	1.186.009	602.845	1.585.004	583.164	1.001.840	538.201	463.639
Comunicaciones	4.086.453	1.997.883	1.006.926	3.079.527	990.957	2.088.570	1.051.533	1.037.037
Instituciones financieras y seguros	3.392.840	1.858.001	973.957	2.418.883	884.044	1.534.839	805.395	729.444
Servicios inmobiliarios, empresariales y de alquiler	5.917.675	3.010.660	1.501.508	4.416.167	1.509.152	2.907.015	1.485.608	1.421.407
Serv. comunitarios, soc. y personales y produc. de serv. priv. no lucrativos	3.684.313	2.035.709	1.043.577	2.640.736	992.132	1.648.604	834.184	814.420
Produc. servicios del Gobierno General	7.543.428	4.174.967	2.298.305	5.245.123	1.876.662	3.368.461	1.767.881	1.600.580
Resto 1/	3.517.256	1.782.617	976.535	2.540.721	806.082	1.734.639	922.471	812.168
Menos: Sifmi 2/	3.873.903	2.091.929	1.082.500	2.791.403	1.009.429	1.781.974	940.208	841.766
Impuestos netos sobre los productos	7.078.015	3.829.807	2.044.034	5.033.981	1.785.773	3.248.208	1.617.218	1.630.990

1/ Incluye: Agricultura privada, Restaurantes y hoteles privado y Actividades diversas públicas.

2/ Servicios de intermediación financiera medidos indirectamente.

Fuente: Banco Central de Venezuela.

Fonte: Banco Central da Venezuela.

## Anexo 2

Economic Categories	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Access to electricity (% of population)	98,62	98,67	98,74	98,80	98,84	98,95
Access to electricity, rural (% of rural population)	93,29	93,07	92,88	92,69	92,52	92,36
Access to electricity, urban (% of urban population)	99,31	99,39	99,48	99,58	99,64	99,78
Adjusted net national income per capita (annual % growth)	9,92	9,55	-19,90	12,67	3,15	1,39
Adolescents out of school (% of lower secondary school age)	8,23	9,93	8,42	9,83	10,97	9,00
Health expenditure per capita (current US\$)	437,34	446,79	670,59	684,06	564,07	613,24
Health expenditure, public (% of GDP)	2,46	1,23	2,50	2,09	2,34	1,68
Life expectancy at birth, total (years)	73,39	73,48	73,57	73,68	73,79	73,93
<b>Source: World Development Indicators. World Bank, 2017. Access: 12/12/2017.</b>						

**Figura 1 – resultados do referendo presidencial de 2004 de acordo com os municípios**

Referendo Presidencial 2004 (% de votos)			
	NÃO	SIM	NULOS
Nacional	58,9	40,6	0,5
Área Metropolitana de Caracas	48,7	51,3	
Município Libertador	56,0	44,0	
Centro colégio Sta. Elvira**	24,1	75,9	
Centro Iutirla**	25,3	74,7	
Município de Baruta**	20,6	79,4	
Município de Chacao**	20,0	80,0	
Município de El Hatillo**	17,9	82,1	
Centro Club La Lagunita**	5,7	94,3	
Município de Sucre	47,1	52,9	
Paróquia de La Dolorita*	73,1	26,9	
Paróquia de Leoncio Martinez**	21,8	78,2	
Estado de Zúlia	52,4	47,3	0,3
Município de Maracaibo (Maracaibo)	47,9	52,1	
Paróquia de Ildefonso Vásquez*	67,4	32,6	
Paróquia de Olegario Villalobos**	26,3	73,7	
Estado de Carabobo	56,6	43,2	0,2
Município de Valência (Valência)	47,6	52,4	
Paróquia de Santa Rosa*	62,0	38,0	
Paróquia de São José**	14,1	85,9	
Estado de Lara	64,1	35,4	0,5
Município de Iribarren (Barquisimeto)	60,9	39,1	
Paróquia de Unión*	72,5	27,5	
Paróquia de Santa Rosa**	40,5	59,5	

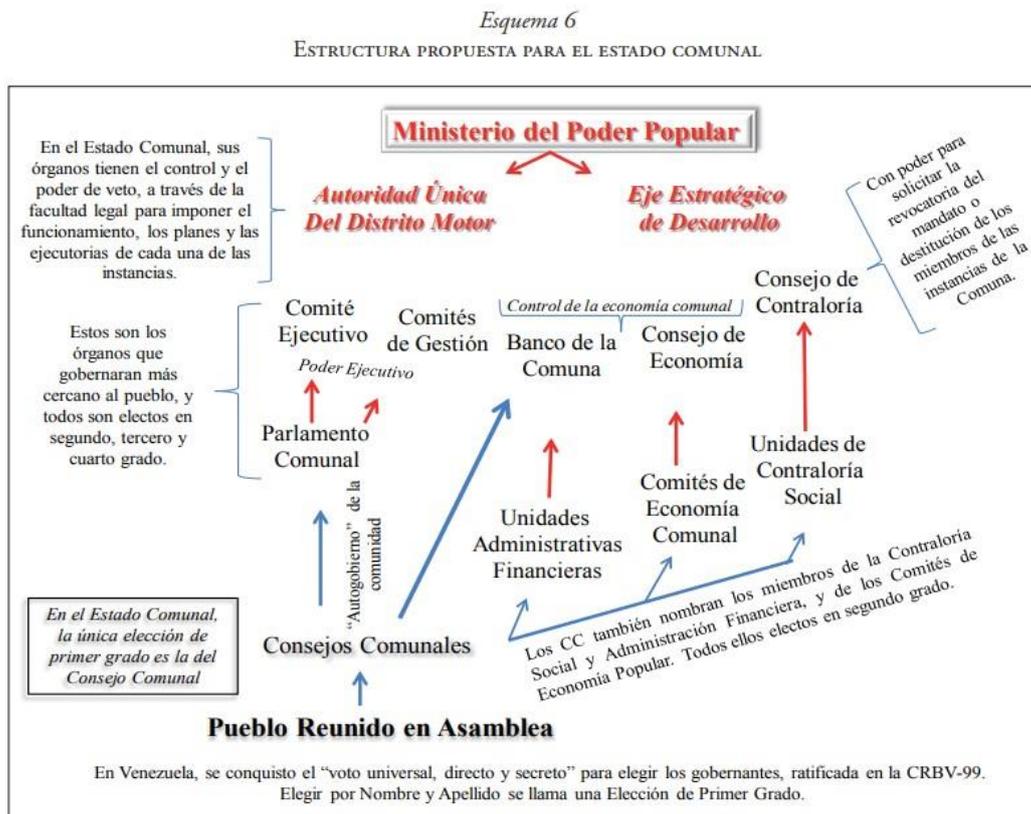
\* Municípios, paróquias ou centro em que predominam setores populares.

\*\* Municípios, paróquias ou centro em que predominam setores médios e altos.

Fonte: CNE (2004). Apud: LÓPEZ MAYA, 2009. p. 260.

Anexo 3

Figura 2 – Estructura de Funcionamiento do Ministério do Poder Popular



FONTE: Vegas Meléndez, Hilarión, 2013. p.114.

Figura 3 – Opinião dos entrevistados sobre as perguntas feitas

		Venezuela	
		2007	2008
Al entrevistado le disgustó la preguntas políticas			
No		80%	86%
Sí		20%	14%
System missing		-	-
(N)		1.200	1.200

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADUCI MENDES, V. Los Consejos comunales, participación política y autoritarismo en Venezuela. **Confluence. Rivista di Studi Iberoamericani**, [S.l.], v. 4, n. 2, p. 142-170, dec. 2012.
- ALEXANDER, J. C. Onovo movimento teórico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 4, p. 5-28, jun. de 1987.
- ALVÁREZ, A. E. La Reforma del Estado antes y después de Chávez. in: **La política venezolana em la época de Chávez: clases, polarización y conflicto (Steve Ellner/ Daniel Hellinger editores)**. Caracas. Nueva Sociedad, 2003, p. 231-251.
- AMORIN NETO, O. Presidencialismo e governabilidade nas américas. Rio de Janeiro: editora FGV; Konrad Adenauer, 2006.
- ANASTASIA, F.; MELO, C.R.; SANTOS, F. Venezuela um país dividido. in: **Governabilidade e representação política na América do Sul**. Rio de Janeiro: fundação Konrad Adenauer; São Paulo: editora Unesp, 2004, p. 135-154.
- ANTILLANO, A. La lucha por el reconocimiento y la inclusión en los Barrios populares: la experiencia de los Comités de Tierras Urbanas. **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**, v. 11, n. 3, 2005.
- ARAQUE CALDERÓN, J. A. Gobernabilidad y calidad de la democracia. Limitaciones y posibilidades de las políticas públicas en Venezuela. **Reflexión Política** v. 6, n. 12, dic. 2004, p. 138-147: [Acesso: 02 /julio/2014]  
<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=11061211>
- ARCONADA, S. Mesas Técnicas de Água y Consejos Comunitários de Água. **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**, v. 12 n. 12, ago. 2006.
- ARENAS, N. Poder reconcentrado: el populismo autoritario de Hugo Chávez. **Politeia**, vol. 30, n. 39, julio-diciembre, 2007, p. 23-63, Universidad Central de Venezuela. Venezuela.
- AZNAR, JoséMaría. José María Aznar cuestiona el Socialismo del Siglo XXI. Diario El Universo. Setiembre, 2007.
- BOLÍVAR, S. **Escritos políticos**. Trad. Maria Clarinda Braz e Armando Silva Carvalho. Lisboa: Martins Fontes, 1977.
- BOUDON, R. Beyond rational choice theory. **Annual Review of Sociology**, London, v. 29, 2003, p. 1-21.
- BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- BURCHARDT, H. J. Un misionero y sus misiones. Progresos y trabas de la nueva política social en Venezuela. **Politeia**. v. 32, n. 42, enero-diciembre, 2009, p. 79-96: [Acesso: 05/julio/2014] <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=170014942004>

BUXTON, J. Política económica y ascenso de Hugo Chávez al poder. in: **La política venezolana em la época de Chávez: clases, polarización y conflicto** (Steve Ellner/ Daniel Hellinger editores). Caracas. Nueva Sociedade, 2003, p. 145-166.

CABEZAS, L. F.; D'ÉLIA, Y. **Las Misiones Sociales en Venezuela**. Caracas: Instituto Latinoamericano de Investigaciones Sociales, 2008.

CANO, W. Soberanía e política econômica na América Latina. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

CASANOVA, R. Democracia e políticas sociais na transição venezuelana: entre o capitalismo assistencial e a democracia socialista. In: BORGES, L. F. P.; MAZZUCO, N. G. (Orgs.). **Democracia e políticas sociais na América Latina**. São Paulo: Xamã, 2009.

COHEN, G. A. **KarlMarx's Theory of History – A Defense**. Princeton: Princeton University Press, 1978.

COHEN, G. A. **Why not socialism?** Princeton: Princeton University Press, 2009.

COPPEDGE, M. Strong parties and Lame Duck: Presidential partyarchy and factionalism in Venezuela. Stanford, Stanford University Press. 1994.

CÓRDOVA, J. E. Democracia, Economía y Eficiencia: Tres ejes explicativos de la descentralización política-administrativa en Venezuela. **Reflexión Política**, v. 6, n. 11, p. 40-56, jun. 2004. [Acesso: 02/julio/2014] Disponible em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=11061105>

CRISP, B.F. Democratic Institutional Design: the Powers and incentives of venezuelan politicians and interest groups. Stanford. Stanford University Press.

CYR, J. Que veinte años no es nada: Hugo Chávez, las elecciones de 2012 y el continuismo político venezolano. **Revista de Ciência Política**, v. 33, n. 1, p. 375-391, 2013. [Acesso: 09/julio/2014] disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=32427002018>

D'ÉLIA, Y. (Org.). **Las Misiones Sociales en Venezuela: una aproximación a su comprensión y análisis**. Caracas: Instituto Latinoamericano de Investigaciones Sociales, 2006.

DAHL, R. A. **Poliarquia: Participação e Oposição**. Tradução de Celso Mauro Paciornik. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

DAHL, R. A. **Um Prefácio à Teoria Democrática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

EL TROUDI, H. **Selección de discursos del presidente de la República Bolivariana de Venezuela**, Hugo Chávez Frías. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, 1999.

ELLNER, S. En la búsqueda de explicaciones. in: **La política venezolana em la época de Chávez: clases, polarización y conflicto (Steve Ellner/ Daniel Hellinger editores)**. Caracas. Nueva Sociedade, 2003, p. 19-42.

\_\_\_\_\_. **El fenómeno Chávez: sus orígenes y su impacto**. Colección Bicentenario. Serie Independencia y Revolución. Caracas: Fondo Editorial Tropykos, 2011.

EVANS, N. N. **Democracia y participación desde los consejos comunales**. Caso: Consejo comunal de Ayacucho, Tres Lunas a Blandín. Serie Pensamiento Social. Caracas: Fundación Editorial El Perro y la Rana, 2009.

FERNANDÉZ CABRERA, B. Os Conselhos Comunaís: subjetividades e rupturas do mundo popular venezuelano. In: BORGES, L. F. P.; MAZZUCO, N. G. (Orgs.). **Democracia e políticas sociais na América Latina**. São Paulo: Xamã, 2009.

FIGUEROA, V. M. **The Bolivarian Government of Hugo Chávez: Democratic alternative for Latin America?** Critical Sociology. v. 32, n. 1 p. 187-211. 2006.

FOUCAULT, M. **A microfísica do poder**. São Paulo: Editora Graal, 1979.

GARCÍA-GUADILLA, M.P. Sociedad Civil, institucionalización. Fragmentación y autonomía. in: **La política venezolana em la época de Chávez: clases, polarización y conflicto (Steve Ellner/ Daniel Hellinger editores)**. Caracas. Nueva Sociedade, 2003, p. 231-251.

GIDDENS, A. **Novas regras do método sociológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GIDDENS, A.; TURNER, J. (Orgs.). **Teoria social hoje**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

HALL, P. A.; TAYLOR, R. C. R. As três versões do neoinstitucionalismo. **Lua Nova**, n. 58, p. 1993-223, 2003.

HELLINGER, D. La caída del puntofijismo y el surgimiento del chavismo in: **La política venezolana em la época de Chávez: clases, polarización y conflicto (Steve Ellner/ Daniel Hellinger editores)**. Caracas. Nueva Sociedade, 2003, p. 43-74.

IANNI, O. Globalização: Novo paradigma das ciências sociais, **Estudos avançados**, v. 8, n. 21, p. 147- 163, 1994.

KELLER, A. Populismo institucional e populismo revolucionário na Venezuela. in: **Neopopulismo na América Latina**. Cadernos Adenauer V, n. 2. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2004, p. 121-147.

LACLAU, E. **A razão populista**. São Paulo: Três estrelas. 2013.

LAVALLE, A.; VERA, E. I. A trama da crítica democrática: da participação à Representação e à Accountability. **Lua Nova**, São Paulo, n. 84, p. 353-364, 2011.

LE BOM, G. **Psicologia das Multidões**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

- LEVINE, D.; MOLINA, J.H. Calidad de la Democracia em Venezuela. **América Latina Hoy**, v. 62, 2012, pp. 157-175. Universidad de Salamanca. España.
- LIJPHART, A. **Modelos de Democracia**: desempenho e padrões de governo em 36 países. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- LÓPEZ MAYA, M. **El ocaso Del Chavismo**. Valencia: Editora Alfa Digital, 2016.
- LÓPEZ MAYA, M. Los Consejos Comunales vistos por sus participantes: una exploración. **Política e Sociedade**, v. 10, n. 18, 2011.
- MAGALLANES, R. El debate político en Venezuela a inicios del siglo XXI. **Politeia**, v. 30, n. 38, p. 27-57, ene./dic. 2007. [Acesso: 10/julio/2014]  
<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=170018285002>
- MAINGON, T. Política social en Venezuela: 1999-2003. **Cuadernos del CENDES**, v. 21, n. 55, p. 47-53, ene./abr. 2004 [Acesso: 03/julio/2014]  
<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=40305504>
- MANIN, B. As metamorfoses do governo representativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 10, n. 29, p., out/1995.
- MARCANO, Cristina. Entrevista a Heinz Dieterich. Enero, 2007.
- MARIGONI, G. **A Revolução Venezuelana**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- McCOY, J.L. Labor and the State in a Party-Mediated Democracy: Institutional Change in Venezuela. **Latin American Research Review**. vol. 24, n. 2, pp. 35-67, 1989.
- MENDES, V. A. Democracia e participação: os Conselhos Comunaís na Venezuela. **Revista Sul-americana de Ciência Política**, v. 1, p. 14-32, 2013.
- MEROLLA, J. L.; ZECHMEISTER, E. J.. **The Nature, Determinants, and Consequences of Chávez's Charisma: Evidence From a Study of Venezuelan Public Opinion**. Comparative Political Studies. v. 44, n. 1, p. 28-35, 2010.
- MONALDI, F.; GONZÁLEZ, R. A.; OBUCHI, R.; PENFOLD, M. Political Institutions, Policymaking Processes, and Policy Outcomes in Venezuela. **Working Paper #R-507**. Washington, DC: Inter-American Development Bank, 2006. 76p.
- NASAR, S. **Uma Mente Brilhante**, Rio de Janeiro; São Paulo: Editora Record, 2002.
- NEUHOUSER, K. Democratic stability in Venezuela: Elite consumer or class compromise? **American Sociological Review**. n. 57, 1992, p. 117-135.
- NEVES, R. F. **Cultura Política e Elementos de Análise da Política Venezuelana**. Brasília: FUNAG, 2010.
- ORENSTEIN, L. **A estratégia da ação coletiva**. Rio de Janeiro: Revan (UCAM, IUPERJ), 1998.

PRZEWORSKI, A. **Capitalismo e Social-democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

PUERTA RIERA, M. I. Consejos Comunales en Venezuela Observatorio Laboral. **Revista Venezolana**, v. 5, n. 9, p. 43-55, ene./jun. 2012. [Acesso: 05/julio/2014] <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=219022812003>

PUERTA RIERA, M. I. Marxismo e Escolha Racional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 3, fev. 1988.

RACHADELL, M. Lacentralización del poder en Venezuela. **Provincia**. n. 16, p. 199-282, jul./dic. 2006. [Acesso: 07/julio/2014] <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=55501608>

RANGEL CRUZ, P. A. Ideología, acción política y sociedad civil. El correlato del poder centralizado en Venezuela. **Compendium**, v. 15, n. 29, p. 51-66, jul./dic. 2012. [Acesso: 05/julio/2014] <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=88028701004>

RAWLS, J. **A Theory of Justice**. Cambridge: Harvard University Press, 2000.

REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA. **La democracia de Punto Fijo. Colección Bicentenario. Correo del Orinoco**. Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2011a. Disponible em [www.minci.gob.ve](http://www.minci.gob.ve).

\_\_\_\_\_. 27F: **El Sacudón del neoliberalismo**. Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2009a. Disponible em [www.minci.gob.ve](http://www.minci.gob.ve).

\_\_\_\_\_. **Agenda Alternativa Bolivariana**. Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2007a. Disponible em [www.minci.gob.ve](http://www.minci.gob.ve).

\_\_\_\_\_. **Ahora la batalla por el sí. Discurso de presentación del Proyecto de Reforma Constitucional ante la Asamblea Nacional**. Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2007b. Disponible em [www.minci.gob.ve](http://www.minci.gob.ve).

\_\_\_\_\_. **Antología: Simón Bolívar**. Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2009b. Disponible em [www.minci.gob.ve](http://www.minci.gob.ve).

\_\_\_\_\_. **Consejos Comunales: combustible de los cinco motores constituyentes**. Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2007c. Disponible em [www.minci.gob.ve](http://www.minci.gob.ve).

\_\_\_\_\_. **Consideraciones sobre el derecho a la tierra**. Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2004a. Disponible em [www.minci.gob.ve](http://www.minci.gob.ve).

- \_\_\_\_\_. **Cuaderno de la Unidad de Batalla, la Patrulla Bolívar 200, los patrulleros e las patrulleras.** Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2010a. Disponible em [www.minci.gob.ve](http://www.minci.gob.ve).
- \_\_\_\_\_. **Cuaderno de Misiones. Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información.** Caracas, 2009c. Disponible em [www.minci.gob.ve](http://www.minci.gob.ve).
- \_\_\_\_\_. **Desarrollo endógeno. Desde adentro, desde la Venezuela profunda.** Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2004b. Disponible em [www.minci.gob.ve](http://www.minci.gob.ve).
- \_\_\_\_\_. **Documentos Fundamentales: Libro Rojo PSUV.** Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2010b. Disponible em [www.minci.gob.ve](http://www.minci.gob.ve).
- \_\_\_\_\_. **El feroz embrutecimiento mediático.** Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2010c. Disponible em [www.minci.gob.ve](http://www.minci.gob.ve).
- \_\_\_\_\_. **En Venezuela la salud no es mercancía.** Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2010d. Disponible em [www.minci.gob.ve](http://www.minci.gob.ve).
- \_\_\_\_\_. **Enmienda Constitucional. Otra gran victoria popular.** Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2009d. Disponible em [www.minci.gob.ve](http://www.minci.gob.ve).
- \_\_\_\_\_. **Entramos en una nueva era: el Proyecto Nacional Simón Bolívar.** Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2007d. Disponible em [www.minci.gob.ve](http://www.minci.gob.ve).
- \_\_\_\_\_. **Foro Social Mundial. Discurso del presidente Chávez,** Porto Alegre, enero 2003. Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2005. Disponible em [www.minci.gob.ve](http://www.minci.gob.ve).
- \_\_\_\_\_. **Guerra contra el latifundio.** Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2004c. Disponible em [www.minci.gob.ve](http://www.minci.gob.ve).
- \_\_\_\_\_. **Juramentación del presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Rafael Chávez Frías. (período 2007-2013).** Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2007e. Disponible em [www.minci.gob.ve](http://www.minci.gob.ve).
- \_\_\_\_\_. **La doctrina militar bolivariana y el poder nacional. Aló Presidente Teórico 5.** Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2009e. Disponible em [www.minci.gob.ve](http://www.minci.gob.ve).
- \_\_\_\_\_. **La Fuerza Armada Nacional Bolivariana y la batalla de las ideas. Aló Presidente Teórico 4.** Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2009f. Disponible em [www.minci.gob.ve](http://www.minci.gob.ve).

\_\_\_\_\_. **Lanzamiento del Sistema de Formación Socialista Simón Rodríguez. Aló Presidente Teórico 6.** Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2009g. Disponible en [www.minci.gob.ve](http://www.minci.gob.ve).

\_\_\_\_\_. **Las Misiones Bolivarianas. Colección Temas de Hoy.** Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2006b. Disponible en [www.minci.gob.ve](http://www.minci.gob.ve).

\_\_\_\_\_. **Ley Especial de Regularización Integral de la Tenencia de la Tierra de los Asentamientos Urbanos o Periurbanos.** Colección Textos Legislativos. Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2011b. Disponible en [www.minci.gob.ve](http://www.minci.gob.ve).

\_\_\_\_\_. **Ley Orgánica de Educación. Colección Textos Legislativos. Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información,** 2009h. Disponible en [www.minci.gob.ve](http://www.minci.gob.ve).

\_\_\_\_\_. **Ley orgánica de las Comunas.** Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2010e.

\_\_\_\_\_. **Ley orgánica de los Consejos Comunales. Colección Textos Legislativos.** Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2010f. Disponible en [www.minci.gob.ve](http://www.minci.gob.ve).

\_\_\_\_\_. **Ley orgánica del sistema económico comunal.** Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2010g.

\_\_\_\_\_. **Líneas Estratégicas de Acción Política. Partido Socialista Unido de Venezuela.** Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2011c. Disponible en [www.minci.gob.ve](http://www.minci.gob.ve).

\_\_\_\_\_. **Líneas Generales del Plan de Desarrollo Económico y Social de la Nación (2007-2013).** Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2008a. Disponible en [www.minci.gob.ve](http://www.minci.gob.ve).

\_\_\_\_\_. **Líneas Generales del Plan de Desarrollo Económico y Social de la Nación (2001-2007).** Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2001. Disponible en [www.minci.gob.ve](http://www.minci.gob.ve).

\_\_\_\_\_. **Los Comités de Tierras Urbanas toman la palabra.** Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2004d. Disponible en [www.minci.gob.ve](http://www.minci.gob.ve).

\_\_\_\_\_. **Misiones Bolivarianas. Colección Temas de Hoy.** Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2007f. Disponible en [www.minci.gob.ve](http://www.minci.gob.ve).

\_\_\_\_\_. **Palabras de abril de 2002.** Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2008b. Disponible en [www.minci.gob.ve](http://www.minci.gob.ve).

\_\_\_\_\_. **Primer Congreso Extraordinario del Partido Socialista Unido de Venezuela.** Colección Cuadernos para el Debate. Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2010h. Disponível em [www.minci.gob.ve](http://www.minci.gob.ve).

\_\_\_\_\_. **Proyecto de Declaración Programático MBR-200.** Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2007g. Disponível em [www.minci.gob.ve](http://www.minci.gob.ve).

\_\_\_\_\_. **Socialismo del Siglo XXI: la fuerza de los pequeños.** Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2007h. Disponível em [www.minci.gob.ve](http://www.minci.gob.ve).

\_\_\_\_\_. **Venezuela: el aula más grande del mundo.** Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2010i. Disponível em [www.minci.gob.ve](http://www.minci.gob.ve).

RINCÓN S.; IDANA B.; LABARCA, N. Desarrollo humano en Venezuela. **Opción**, n. 29, ene./abr. 2013 [Acesso em: 25 de marzo de 2018] Disponível en: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=31028677007>> ISSN: 1012-1587.

ROBERTS, K. Polarización social y resurgimiento del populismo en Venezuela. in: **La política venezolana en la época de Chávez: clases, polarización y conflicto** (Steve Ellner/ Daniel Hellinger editores) Caracas. Nueva Sociedad, 2003, p. 75-95.

ROCHA, M. Participação Popular nas Políticas socioassistenciais na América Latina: estudo comparativo entre Brasil e Venezuela. **Revista de Políticas Públicas**. v. 13, n. 2 p. 303-314, jul./dic. 2009. [Acesso:10/julio/2014] <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321127276015>>

SANTOS, M. O poder norte americano e a América Latina no pós-Guerra Fria. São Paulo: Amablume/FAPESP, 2007.

SCARTEZINI, N. **Revolução Bolivariana e ofensiva socialista na Venezuela.** Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Araraquara, 2012. 253 p.

SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.

TAVARES, F.M.M. **Três Variantes do Personalismo na Política da América Hispânica: o Caudilhismo, o Bolivarianismo e o Populismo como Expressões de Afirmação Regional.** UFMG, 2011.

TAYLOR, Charles. **Multiculturalism.** Princeton: Princeton University Press, 1994.

TSEBELIS, G. **Jogos ocultos: Escolha racional no campo da Política Comparada.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

VALENTE, L.; CARMO, C. A.; BARROS, P. S. **Venezuela: mudanças e perspectivas.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

WALZER, M. **Las Esferas de la Justicia**. México D. F.: Fondo de Cultura Económica, 1997.

WEBER, M. **Economia e Sociedade**. v. 1 e v. 2. Brasília: Editora UnB, 2015.

ZUBER, I. Os “Conselhos Comunais” em Caracas, Venezuela. Reflexão acerca das similitudes e descoincidências com o conceito de “movimento social”. **Revista Convergência Crítica**, Rio de Janeiro, v. 1, n.1, 2012.